ISSN 1982-6532

Saberes
Interdisciplinares

Revista do Instituto de Ensino Superior
Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ano V, nº 10, jul./dez. 2012

Revista Saberes Interdisciplinares / Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves.
– Ano V, n. 10 (2008)-
São João del-Rei, MG, 2012
Semestral
ISSN 1982-6532
Editor Sílvio Firmo do Nascimento

1.Multidisciplinar. 2. Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. 3. Sílvio Firmo do Nascimento

CDU 050

Catalogação: Mônica G. Palhares CRB6-1695

IPTAN
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR
PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

DIRETOR PRESIDENTE
Dr. Nicolau de Carvalho Esteves

DIRETOR GERAL
Prof. Msc. Ricardo Assunção Viegas

DIRETOR ACADÊMICO
Prof. Msc. Lenine Antonio dos Reis

COORDENADOR DE PESQUISA
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza

COORDENADORA DE EXTENSÃO
Profª Esp. Raquel Teixeira de Carvalho

COORDENADORA DE GRADUAÇÃO
Profª Esp. Maria Mercês Corrêa

Endereço:
Av. Leite de Castro, 1.101 – Bairro das Fábricas
São João del-Rei – MG – CEP: 36.301-182
Tel.: (32) 3379-2725 – Ramal 233
E-mail: revista@iptan.edu.br

Periódico cadastrado nas seguintes bases de dados:

Sumários.org SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS
latindex
BANCO DE DADOS DE REVISTAS DAS IES PARTICULARES
CAPES
Qualis B5 - Filosofia/Teologia
Qualis B5 - Letras/Linguística
Qualis C - Direito

Solicita-se permuta
We ask for exchange
Se pide canje

Linha editorial
A *Revista Saberes Interdisciplinares* abrange as grandes áreas do conhecimento humano, com o objetivo de divulgar e incentivar a produção científica, instituindo o debate acadêmico e promovendo a ótica multidisciplinar na análise de fatos e fenômenos da realidade.

Editor
Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

Conselho Editorial
Prof. Dr. Adelmo José da Silva (UFSJ)
Prof. Dr. Alessandro Moura Zagatto (UFMS)
Prof. Dr. Andityas Soares de Moura Costa Matos (UFMG/FEAD – MG)
Prof. Dr. André Malina (UFMS)
Prof. Dr. Antônio Carlos da Silva (CES – JF)
Prof. Dr. Carlos A. Cullen Soriano (Universidade de Buenos Aires – Argentina)
Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)
Profª Dra. Cristiana Maria Machado Abranches Soveral Paszkiewicz (Universidade Nova – Portugal)
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN/UNIPAC)
Prof. Dr. José Luís de Oliveira (UFSJ)
Prof. Dr. José Manuel de Barros Dias (UFPR; ANQ – Portugal; UCP – Portugal; Universidade de Évora – Portugal)
Prof. Dr. José Maurício de Carvalho (UFSJ)
Profª Dra. Maria do Carmo Santos Neta (UFSJ)
Prof. Dr. Márcio Eurélio Rios de Carvalho (IPTAN)
Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho (UFSJ)
Profª Dra. Raquel Vaserstein Gorayeb (UES – RJ)
Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento (IPTAN)
Profª Dra. Sônia Maria de Souza (UFJF)
Prof. Dr. Tiago Adão Lara (CES – JF)
Prof. Msc. Alex Mourão Terzi (IF SUDESTE MG)
Profª Dra. Carla Leila Oliveira Campos (IPTAN)
Profª Msc. Cleo Fante (Universidade Aveiro Portugal)
Prof. Msc. Clodoaldo Fabrício José Lacerda (IPTAN)
Prof. Msc. Fábio Abreu dos Passos (IPTAN/UNIPAC)
Prof. Msc. Lenine Antonio dos Reis (IPTAN)
Profª Esp. Karina Cordeiro Teixeira (IPTAN)

Revisão
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN/UNIPAC)
Profª Dra. Carla Leila Oliveira Campos (IPTAN)
Prof. Msc. Alex Mourão Terzi (IF SUDESTE-MG)

Tradução e versão
Prof. Esp. Ronaldo de Freitas Moreira (EPCAR)

SUMÁRIO

Editorial 11

Artigos

Da polêmica ao acordo: relações interdiscursivas no processo de discursivização do princípio do poluidor-pagador 17
Carla Leila Oliveira Campos
Wélliton Luiz Moreira

O Sistema Prisional e a ressocialização 49
Sônia de Oliveira Santos Baccarini

Métodos de contenção e estabilização de processos erosivos avançados e voçorocas no Brasil 73
Natália Campos Teixeira
Carla Daniele de Carvalho Guimarães

A Intervenção da OTAN no Afeganistão 93
Marli Barros Dias

A gestão da qualidade em relação ao desenvolvimento de fornecedores: um estudo em empresas brasileiras 119
Simone Aparecida Simões Rocha de Azevedo
Maurício Antônio Félix
Keila Graciela Ribeiro Soares
Patrícia Rosa da Silveira

Resenha

Del Imperio Romano 153
José Maurício de Carvalho
Maria Aparecida de Andrade

Normas para publicação 161

Editorial
Saberes
Interdisciplinares

Editorial

A Comissão Editorial, juntamente com a Coordenação de Pesquisa e Extensão, a Direção Geral e Acadêmica do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, sente-se lisonjeada de trazer ao público acadêmico em geral o décimo número da *Revista Saberes Interdisciplinares*. Neste número encontramos excelente fonte de estudo, pesquisa e leitura:

1) No artigo *Da polêmica ao acordo*: relações interdiscursivas no processo de discursivização do princípio poluidor-pagador a análise, no interior do discurso jurídico, do processo de discursivização do princípio poluidor-pagador. Para tanto, filiamo-nos aos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso com o intuito de verificar como semelhante princípio do Direito Ambiental é construído discursivamente em Acórdão, a partir das formações discursivas nas quais enunciadores se inscrevem para dizer o que dizem.

2) *O sistema prisional e a ressocialização* analisa o sistema penitenciário brasileiro, constatando nele inúmeras deficiências na execução da política pública pelo Estado como gestor penal. Essa realidade demanda investimentos na construção e na reforma desse sistema. Um dos efeitos dessa falta de investimentos resulta na impossibilidade de o Estado promover melhorias no cumprimento das penas privativas de liberdade, resultando em situações em que

os presos não têm condições mínimas de dignidade e são destituídos de todo e qualquer direito a um tratamento reabilitador. A tarefa de reeducar e ressocializar os presos, a adoção de programas que contemplem os direitos humanos nos presídios, além da reestruturação material das unidades penitenciárias, são vitais para que se cumpra a finalidade essencial do sistema prisional, a reabilitação.

3) *A gestão da qualidade em relação ao desenvolvimento de fornecedores:* um estudo em empresas brasileiras demonstra que as empresas adotam um modelo de gestão da qualidade no desenvolvimento de seus fornecedores, sob a expectativa de atender aos seus processos produtivos e às necessidades de seus clientes. As parcerias, utilizadas como estratégia para o desenvolvimento de fornecedores, são características comuns das empresas inseridas em um mercado globalizado e competitivo.

4) *A intervenção da OTAN* no *Afeganistão* verifica até que ponto a intervenção da OTAN nesse país tem contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico da população afegã e os obstáculos encontrados pelos militares da OTAN em relação a questões internas ligadas à cultura e à sociedade e, sobretudo, em relação aos talibans.

5) *Métodos de contenção e estabilização de processos erosivos avançados e voçorocas no Brasil* confirma a ideia de que a voçoroca é a evolução de um processo erosivo intenso causado pela concentração de enxurradas em

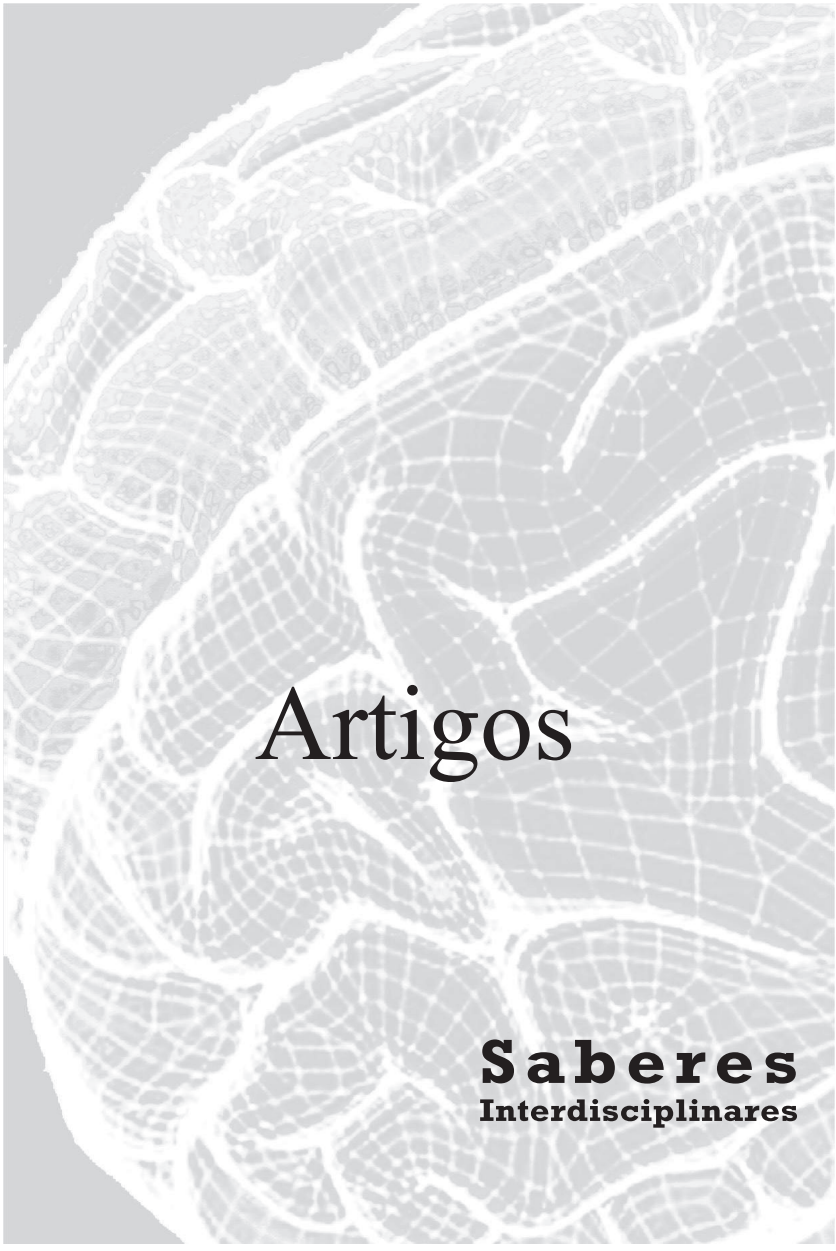
depressões mal protegidas que acumulam grandes volumes de água a uma alta velocidade. Devido a prejuízos trazidos pela perda de terras agrícolas, redução na produção das lavouras e aumento acentuado no acúmulo de sedimentos dos rios, as áreas voçorocadas têm recebido grande atenção.

6) *Del Imperio Romano* é uma resenha em que o autor traz uma análise de harmonia e *libertas* no contexto do Império Romano. Graças à unidade a sociedade existe, o que poderíamos chamar de harmonia, sendo "o melhor e mais apertado vínculo de todo Estado". A liberdade consiste na harmonia política e social, o que não quer dizer o cidadão viver sem limites, mas que está sob uma forma de controle que lhe permita ser livre.

Como constatamos pelo exposto, vislumbramos a visão interdisciplinar contida neste número. Noutras palavras, pauta-se nos princípios éticos da valorização e defesa da pessoa humana.

Enfim, agradecemos a todos os colaboradores articulistas, pareceristas, revisores linguísticos, diretores, coordenadores, conselho editorial, consultores, tradutor dos resumos etc.

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento
Editor



Artigos

Saberes
Interdisciplinares

Da polêmica ao acordo: relações interdiscursivas no processo de discursivização do princípio do poluidor-pagador[1]

Carla Leila Oliveira Campos – IPTAN
Doutora em Estudos Linguísticos – UFMG
E-mail: carlalcampos@globo.com
Fone: (32)3371-9907

Wélliton Luiz Moreira
Bacharel em Direito – IPTAN
E-mail: wellitolm@yahoo.com.br
Fone: (32) 3373-5268; (32)9105-9979

Data de recepção: 20/04/2012
Data de aprovação: 17/08/2012

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar, no interior do discurso jurídico, o processo de discursivização[2] do princípio do poluidor-pagador. Para tanto, filiamo-nos aos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso com o intuito de verificar como semelhante princípio do Direito Ambiental é construído discursivamente em um Acórdão, a partir das formações discursivas nas quais os enunciadores se inscrevem para dizer o que dizem. Ao analisarmos o *corpus*, percebemos que o princípio do poluidor-pagador adquire, por meio de processos

1 – Este artigo é resultado de projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN), no ano de 2011, com fomento da FAPEMIG e FUNADESP.

2 – Neste trabalho, adotamos o termo "discursivização" como um processo por meio do qual os sentidos que circulam no meio social são transformados em discursos ao se textualizarem.

de construção diversos, duas concepções diferentes, de acordo com a posição discursiva do sujeito enunciador, sendo possível a identificação de duas Formações Discursivas que subjazem a esse processo: uma Formação Discursiva econômico-empresarial e outra Formação Discursiva jurídico-ambiental. Todavia, se inicialmente se observou uma relação polêmica entre essas Formações Discursivas, em que uma negava a legitimidade da outra, constatou-se, ao final, que elas se imbricaram de forma harmônica, pois os enunciadores reconheceram a pluralidade constitutiva existente entre as Formações Discursivas.

Palavras-chave: Discurso jurídico – Princípio do poluidor-pagador – Formações discursivas e interdiscurso.

Introdução

O presente trabalho vincula-se à abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD) e tem por escopo analisar, no interior do discurso jurídico, o processo de discursivização de determinado tema inserido na seara do Direito Ambiental brasileiro, a saber, o princípio do poluidor-pagador. Para tanto, ao nos filiarmos à AD, procuramos realizar "o estudo das relações entre condições de produção dos discursos e seus processos de construção" (MUSSALIM, 2006, p. 114), considerando a inserção histórico-social dos sujeitos na atividade discursiva.

No ordenamento jurídico brasileiro, o Direito Ambiental ganhou, a partir do advento da Carta Magna de 1988, *status* constitucional, sendo tratado em um capítulo específico, inserido no Título da Ordem Social[3].

Semanticamente, *princípio*, do latim *principium*, *principii* é começo, causa, ponto de onde algo tem sua origem. Com um caráter maior de abstração que o da norma, os princípios têm maior generalidade, podendo e devendo ser aplicados a um número indeterminado de fatos.

Nessa perspectiva, o princípio do poluidor-pagador – compreendido como aquele em que o agente que causa degradação ambiental deve ser responsabilizado civil, administrativa e criminalmente – apresenta um caráter norteador para a tutela e para a proteção do meio ambiente.

Nesses termos, ao propormos estudar o processo de discursivização de semelhante princípio pelo viés da AD,

3 – Capítulo VI, Título VIII, da Ordem Social, Constituição Federal.

compreendemos a linguagem como processo de seleção entre as muitas formas de dizer, processo influenciado por fatores históricos e sociais. Além disso, faz-se necessária também a compreensão do discurso jurídico enquanto prática discursiva marcada pelas relações histórico-sociais da época em que se insere.

As teorias da AD estão preocupadas, portanto, com o processo de construção social da realidade, em uma concepção que considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem se considerar esta.

Assim, ao considerar que o discurso jurídico não é alheio à realidade na qual emerge, justifica-se o presente trabalho por discutir como um princípio já garantido na Constituição Federal de 1988 é discursivizado na atualidade e como seu sentido se constrói frente à(s) formação(ões) discursiva(s) presente(s) no embate entre preservação ambiental e crescimento econômico.

Como procedimento metodológico, adotamos a proposta de Maingueneau (2007), segundo a qual é necessário articularmos o texto e suas condições de produção, a fim de procedermos a um trabalho de análise com maior propriedade. Com esse intuito, partiremos da análise dos enunciados produzidos pelos sujeitos enunciadores, procurando identificar as formações discursivas (FDs) a que se filiam esses sujeitos para dizerem o que dizem a respeito do princípio do poluidor-pagador e observar como se dão as relações entre essas FDs no processo de agenciamento do dizer na sua relação com o Outro.

Desse modo, o presente artigo se subdivide em duas seções: na primeira, apresentaremos a fundamentação teórico-metodológica, dispondo sobre alguns conceitos relevantes para a AD e sobre o procedimento metodológico adotado; na segunda, analisaremos o *corpus*, fundamentando-nos no aparato teórico apresentado.

1. Fundamentação teórico-metodológica

Como já afirmado anteriormente, a Análise do Discurso (AD) compreende que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica. AAD preocupa-se, pois, com a apreensão das condições sócio-históricas de produção do sentido. Em outras palavras: voltando-se para o processo de construção/representação social da realidade, considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem que se leve em conta esta.

Vale dizer que toda produção discursiva, na perspectiva da AD, é influenciada por questões históricas e sociais. Por isso, o processo de formação do discurso e também a prática discursiva são perpassados pelas relações e condições sociais que compõem a instância enunciativa no momento de sua produção.

Nessa perspectiva, Maingueneau (1997, p. 12) argumenta em favor de uma "dualidade radical da linguagem [que é], a um só tempo, integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais", na qual não há uma demarcação nítida das fronteiras, o que a torna um objeto de incessante debate. Ademais, de acordo com o autor, além de considerar que o sentido

é produzido em conjunturas históricas e por sujeitos em posições sociais demarcadas na interlocução, a AD deve levar em conta o papel das instituições na legitimação do dizer. Para tanto, o sujeito deve seguir determinadas regras que estabelecem o que pode e deve ser dito daquela posição e daquelas circunstâncias históricas.

Esse conjunto de regras é ditado pelas formações discursivas (FDs) que, segundo Maingueneau (2007), inspirado em Pêcheux, são responsáveis pelo sistema de restrições semânticas que determina o que se pode e o que não se pode dizer, a partir de uma posição dada numa conjuntura social dada.

Para Brandão (1993), o conjunto de estratégias de restrições de uma FD permite ou exclui certos temas ou teorias em favor de outros. Para ela, o discurso se define, portanto, como um sistema de estratégias das quais o locutor se utiliza para transmitir o enunciado. Permitindo ou excluindo certos temas ou teorias de seu discurso, o sujeito busca, pois, apagar as contradições e as formas de conhecimento que negam o seu dizer, conferindo-lhe unicidade.

No entender de Maingueneau (2007), porém, essa unicidade é apenas aparente, já que as FDs não podem ser tomadas como blocos homogêneos e fechados que controlam os sentidos; ao contrário, elas são heterogêneas e fluidas em suas fronteiras. Para o autor, portanto, as FDs não possuem duas dimensões – interior/exterior –, pois a identidade de uma FD é uma maneira de organizar a relação com aquilo que se imagina exterior. Em outras palavras: uma FD se define na relação com outras FDs, e não de forma

isolada, sendo, portanto, parte do trabalho do analista identificar as relações entre essas FDs.

Com o intuito de observar como se constroem essas relações interdiscursivas no interior da prática discursiva, Possenti (2007, p. 364) afirma que o texto não é uma unidade de análise se não levarmos em conta o contexto de sua produção, pois, para a AD, "o texto faz sentido por sua inserção em uma FD, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte" (*idem*, p. 365). O texto só pode ser concebido, portanto, ao levar em conta sua inserção em uma (ou mais) FD(s), que, por sua vez, remete(m) à memória discursiva, que remete sempre a dizeres que falam antes, em outro lugar.

Aliás, o reconhecimento do primado do interdiscurso é o que marca as pesquisas mais recentes em análise do discurso. Nesses termos, segundo Mussalim (2006, p. 120), percebe-se um deslocamento no que diz respeito à relação entre as FDs, pois os trabalhos mais atuais em AD inscrevem-se na perspectiva teórica "segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros [...], mas se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso."

Nessa vertente, Maingueneau (2007) destaca que todo discurso é marcado por uma heterogeneidade constitutiva que dá conta da relação do Mesmo do discurso com seu Outro. Para o autor, portanto, reconhecer

> [...] o primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide

> com a definição das relações desse discurso com seu Outro (MAINGUENEAU, 2007, p. 38).

Apesar de a relação do discurso com seu Outro ser constitutiva, ou seja, a heterogeneidade está na própria gênese do discurso, os enunciadores discursivos, ao se inscreverem em uma FD específica para dizer o que dizem, não admitem essa relação interdiscursiva; ao contrário, reivindicam a autonomia de seu discurso. Nessa concepção, o Outro seria o interdito do discurso, já que "a formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, do dizível errado" (MAINGUENEAU, 2007, p. 39).

Nessa perspectiva, a AD postula a noção de "lugares" no interior de uma topografia social, na qual a subjetividade enunciativa "por um lado, constitui o sujeito em sujeito de seu discurso e, por outro, ela o assujeita" (MAINGUENEAU, 2007, p. 33). Nesse sentido, o sujeito se faz sujeito, ao mesmo tempo em que é assujeitado, assumindo, portanto, um lugar no interior de uma FD, que, por sua vez, o legitima como parte de instituição discursiva e o reconhece enquanto instância enunciativa.

O discurso é, pois, segundo Maingueneau, "uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas" (2007, p. 15). No entanto, é somente no campo do interdiscurso que o discurso poderá ser apreendido. É nesse sentido que Maingueneau assevera que existe o primado do interdiscurso sobre o discurso, o que "significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente

escolhidos" (2007, p. 21). De acordo com o linguista, a concepção de interdiscurso, contudo, é vaga. É, pois, na tentativa de solucionar esse problema que o autor propõe uma noção de interdiscurso mais operacional. Com esse intuito, Maingueneau apresenta os conceitos de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

Para Maingueneau (2007, p. 35), o universo discursivo compreende o "conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada". Apesar de ser delimitado, é difícil abarcar a globalidade de tal conjunto, de modo que ele se apresenta como um horizonte para o estudo do analista, a partir do qual se tem os campos discursivos. Estes, por sua vez, são "o conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo" (*idem*, p. 35). Vale salientar que o discurso se constitui no interior do campo discursivo, porém o processo de constituição de um discurso dentro do mesmo campo não se assemelha aos outros. Por isso, há a necessidade de isolarmos espaços discursivos, que são entendidos como

> subconjuntos que ligam ao menos duas formações discursivas que mantêm relações privilegiadas, relações essas que o analista julga pertinentes para o seu propósito e que podem ser confirmadas ou não no desenrolar da pesquisa. Logo, espaço discursivo não é dado a priori, resultando de uma escolha do pesquisador. Isso, por outro lado, não implica distinguir duas partes no interior de um espaço discursivo: a saber, as formações

> discursivas, de um lado, e suas relações, de outro, mas considerar que todos os elementos são tomados no espaço interdiscursivo (LARA, 2008, p. 115).

Considerando que o discurso manifesta as relações sócio-históricas nas quais emerge, atravessado pelas FDs em que se inscreve o sujeito enunciador, o espaço discursivo é o local em que as FDs se expressam e se relacionam umas com as outras, formando uma "rede de interação semântica" que evidencia "o caráter constitutivo da relação interdiscursiva" (MAINGUENEAU, 2007, p. 22). Sendo assim,

> quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de *interincompreensão* generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de "não compreender" o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno (MAINGUENEAU, 2007, p. 103).

O sistema de restrições que controla aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito no interior de uma FD só funciona porque os enunciadores são dotados de uma competência interdiscursiva que está relacionada à capacidade de produzir e interpretar "enunciados que resultam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagônicas" (MAINGUENEAU, 2007, p. 23).

Desse modo, uma FD não define somente um universo de sentido próprio, mas também o modo como coexiste com outros discursos, seja aceitando a pluralidade, seja reivindicando o monopólio da legitimidade. Essas relações podem, portanto, ser harmônicas, polêmicas, de neutralidade aparente, de indiferença, permitindo o estabelecimento de um ou mais espaços discursivos.

Nesse sentido, o discurso jurídico, considerado como uma prática social que não está afastada das relações sociais, constitui-se num campo discursivo revelador de inúmeros conflitos sociais, nos quais se afloram, dentro de delimitado espaço discursivo, inúmeras posições discursivas, constituídas, atravessadas por diferentes FDs que, ao mesmo tempo que procuram se legitimar, buscam desqualificar e subverter o enunciado do Outro, tentando desacreditar as premissas da FD adversária.

Diante disso, tendo em vista o discurso jurídico e tomando os apontamentos teóricos apresentados, elegemos, na seara do Direito Ambiental brasileiro, o princípio do poluidor-pagador como objeto a ser analisado, a fim de estudarmos e compreendermos como se dá o seu processo de discursivização, no interior de uma decisão judicial.

Para tanto, adotamos como metodologia de análise a proposta de Maingueneau (2007) que, partindo da crítica às metodologias de análise que privilegiam ora o estudo da estrutura profunda dos textos, ora sua superfície, defende a impossibilidade de se realizar um trabalho de análise completo sem que se articule a formação discursiva (enquanto sistema de restrições semânticas)

com a superfície textual (conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema). Nesses termos, procuraremos, por meio da análise dos enunciados produzidos pelos sujeitos enunciadores, identificar as FDs a que se filiam esses sujeitos para dizerem o que dizem a respeito do princípio do poluidor-pagador e observar como se dão as relações entre essas FDs no processo de agenciamento do dizer na sua relação com o Outro.

2. Análise do *corpus*

O tratamento dispensado à proteção do meio ambiente reflete, em cada período de industrialização e desenvolvimento econômico, as principais preocupações de determinado momento histórico, sendo, por isso, fortemente influenciado pelas relações sociais, históricas e políticas, revelando, assim, diferentes formas de construção do discurso de proteção ambiental.

Nas últimas décadas, a temática da proteção ambiental tem adquirido um lugar de relevo em ordenamentos jurídicos de muitos países, com o objetivo de assegurar uma melhor qualidade de vida para todo o mundo. Contudo, essa temática confronta diretamente com outra problemática, a saber: o desenvolvimento econômico. A fim de conciliar o desenvolvimento econômico com a imperiosa necessidade de proteção e preservação ambiental, várias foram as alternativas apontadas, entre as quais temos o princípio do poluidor-pagador.

No direito ambiental, os princípios que regem o meio-ambiente foram adotados internacionalmente em decorrência da busca de equilíbrio entre as demandas sociais e econômicas e a

preservação ecológica. Há, portanto, uma principiologia global do meio ambiente, formulada inicialmente na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972.

Já no Brasil, ocorreu em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92, que ampliou a discussão acerca dos princípios globais atinentes à questão ambiental.

Na ECO-92, houve previsão expressa quanto ao princípio do poluidor-pagador, senão vejamos o Princípio 16 (MILARÉ, 2004, p. 143):

> As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais. (Grifo nosso).

De modo equivocado, poder-se-ia imaginar que o mencionado princípio confere ao poluidor a permissão para poluir desde que pague para isso. Entretanto, o que se pretende é bastante diverso. Segundo Fiorillo (2008, p. 37), identificam-se duas órbitas de alcance: "a) busca evitar a ocorrência de danos ambientais (*caráter preventivo*); e b) ocorrido o dano, visa sua recuperação (*caráter repressivo*)".

A Lei nº 6.938/81, no art. 4º, inc. VII, determina como um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente a "imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados [...]." Na mesma seara, o Texto Constitucional dispõe, no § 3º do art. 225, que:

> § 3º: As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A proteção ao bem ambiental, no atual cenário jurídico mundial, assume, pois, papel de destaque. Desse modo, reconhece-se a imprescindibilidade de tal bem à vida, cuja tutela e proteção tornam-se indispensáveis.

Ao se ter em vista, sobretudo, a prolongada violação ao meio ambiente (impulsionada por uma visão de expansão econômica globalizada e por uma política de consumismo), bem como a degradação ambiental (sofrida ao longo de séculos de atividades econômicas, responsáveis pelo consumo imoderado de recursos ambientais, renováveis ou não renováveis, além da produção e emissão de produtos que afetam a qualidade e 'saúde' do meio ambiente), reconheceu-se a imperiosa necessidade de ponderação acerca da relação existente entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Nessa perspectiva, impõe-se a observância do princípio do poluidor-pagador, com suas finalidades preventiva e repressiva, como modo de regular essa relação, já que visa à prevenção,

antecipando os riscos da utilização dos bens ambientais, ou tenta diminuí-los, ou até mesmo eliminá-los por meio de medidas impostas pelo poder público. Não sendo possível a prevenção, tal princípio estabelece sanções ao poluidor que têm por escopo a recuperação do bem ambiental danificado e repressão ao agente causador do dano.

A construção da concepção do princípio do poluidor-pagador, bem como a especial atenção dada à proteção ambiental, deu-se, portanto, em virtude de inúmeros fatores históricos, que, por sua vez, sofreram e ainda sofrem influência, sobretudo, de políticas econômicas. Sendo assim, não somente o discurso ambiental voltou-se para novas políticas de proteção, mas também o discurso jurídico evoluiu nesse sentido, normatizando regras que, considerando uma principiologia global, elevam a proteção exigida ao meio ambiente. Assim, inevitavelmente, surge, no campo jurídico, um enfrentamento entre os discursos da preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Desse modo, ao nos propormos estudar o processo de discursivização pelo qual passa o princípio do poluidor-pagador, destacamos o embate polêmico entre as FDs do desenvolvimento econômico, ou econômico-empresarial, e proteção ambiental, neste trabalho, denominada jurídico-ambiental.

Considerando o quadro teórico já apresentado, bem como a concepção, no âmbito do Direito Ambiental brasileiro, do princípio do poluidor-pagador, analisaremos, portanto, neste tópico, o processo de discursivização do mencionado princípio jurídico. Para tanto, utilizaremos uma decisão judicial prolatada

pelo Supremo Tribunal Federal, órgão que ocupa o ápice do poder judiciário brasileiro.

Inicialmente, é necessário observar que o discurso jurídico obedece a determinadas regras de composição, já que é produzido no interior de uma instituição, o Poder Judiciário, cujo principal objetivo é apaziguar as lides sociais, buscando a efetivação de um ideal de justiça. No caso do *corpus* em análise, os sujeitos enunciadores do discurso jurídico são componentes do mais alto escalão da instituição judiciária no Brasil, posição que pressupõe e exige amplo saber não só jurídico, mas também sociológico, político, econômico, entre outros. Além disso, as ações que tramitam nesse órgão exigem uma série de requisitos, entre os quais se destaca a sua repercussão no cenário nacional.

Conforme se observará, na decisão judicial, o embate jurídico dar-se-á na seara do direito ambiental, no qual se discute a legalidade de determinada lei. De um lado, como autor da ação, pleiteando a ilegalidade de determinado artigo de lei, temos a Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); de outro, o Chefe do Poder Executivo, que é o Presidente da República, e o Advogado Geral da União, defendendo a legalidade da norma sancionada e em vigor desde 2000. Expostos os argumentos de cada parte, discutem os Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade de tal lei. Para tanto, invocam como argumento para subsidiar a discussão o princípio do poluidor-pagador, que passa por um polêmico

processo de discursivização, para, ao final, chegarem a um acordo. Nesses termos, considerando a temática de nosso trabalho, selecionamos para análise os trechos que remetem à discussão em torno desse princípio.

Desse modo, considerando o universo discursivo, selecionamos em seu interior um campo discursivo, o discurso jurídico. Nesse campo, estão presentes várias FDs que, de maneira concorrente, delimitam-se reciprocamente. O campo discursivo permite, ainda, sua divisão em espaços discursivos, ou seja, em subconjuntos que colocam frente a frente ao menos duas FDs. Sendo assim, no espaço discursivo recortamos, metodologicamente, duas FDs que se confrontam: uma FD econômico-empresarial e outra FD jurídico-ambiental.

Entende-se por FD econômico-empresarial aquela que defende os interesses de grupos industriais, influenciada, sobretudo, pelas relações econômicas vigentes, ou seja, aquela que está a favor de maiores lucros para as empresas. Dessa forma, produz discursos que, embora numa relação interdiscursiva reconheçam a necessidade de preservação ambiental, pretendem minimizar suas perdas financeiras, de modo que a preservação do meio ambiente não deva prejudicar a expansão e o desenvolvimento econômico desses grupos.

De outro lado, entende-se por FD jurídico-ambiental aquela que, influenciada por uma tendência mundial de preservação do bem ambiental, defende o desenvolvimento econômico, desde que não seja prejudicial à qualidade do meio ambiente. Em termos cronológicos podemos apontar o discurso ambiental como

secundário em relação ao discurso econômico-industrial, tendo em vista que a preocupação ambiental surgiu como reação ao desenvolvimento econômico que se dava de modo inadequado, ocasionando sérios problemas ao meio ambiente. Desse modo, o discurso jurídico-ambiental é marcado essencialmente pela heterogeneidade na medida em que busca a harmonização entre as diversas atividades econômicas e a preservação ambiental, de modo a assegurar um meio ambiente de qualidade e equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Como vimos, segundo Maingueneau (2007), o espaço discursivo constitui-se em uma rede de interação semântica, na qual se define, pelas diversas possibilidades de posições enunciativas, um processo de interincompreensão generalizada. Afirma ainda que

> cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas positivos, reivindicados; de outro; os semas negativos, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados do Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são compreendidos no interior do fechamento semântico do intérprete (MAINGUENEAU, 2007, p.130).

Tendo em vista tal afirmativa, temos, de acordo com a posição enunciativa assumida, diferentes desdobramentos para a interpretação do art. 36 da lei nº 9.985/2000, que dispõe:

> Art. 36 – Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor **é obrigado** a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e regulamento desta Lei.
> § 1º O **montante de recursos** a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não poderá ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (grifo nosso).

O trecho abaixo coloca em evidência o conflito entre as duas FDs consideradas (a FD econômico-empresarial e a FD jurídico ambiental), pois, a partir do art. 36, discute-se, de cada posição enunciativa, a natureza do montante de recursos a ser destinado à proteção/preservação do meio ambiente pelo empreendedor. Assim, observamos a interpretação de cada enunciador em relação a semelhante temática:

> A: O princípio do usuário pagador não é uma punição - importante isso -, pois mesmo não existindo qualquer ilicitude no comportamento do pagador ele pode ser implementado. Assim para tornar obrigatório o pagamento pelo uso do recurso ou pela sua poluição, não há necessidade de ser provado que o usuário poluidor está cometendo faltas ou infrações.

É o caráter preventivo que tem de ser também suportado pelo empreendedor.

B: Mediante uma **indenização prévia**!

A: Não é indenização, é um **compartilhamento de despesas**.

A posição assumida pelo enunciador A[4] revela um entendimento da lei em favor da preservação ambiental, já que interpreta a expressão "montante de recursos" como um compartilhamento de despesas, ao qual fica obrigado o empreendedor por beneficiar-se e utilizar-se do bem ambiental, que em regra pertence a todos. Para ele, a necessidade e obrigatoriedade de preservação independem do dano a ser causado, devendo estar à frente da implantação da atividade que possa degradar o meio ambiente. Assim, entende-se por compartilhamento de despesas a obrigatoriedade que tem o empreendedor de compensar monetariamente a utilização do meio ambiente, mesmo que não cause efetivamente o dano. Ademais, o sujeito enunciador A demonstra a concepção que adota acerca do princípio do poluidor-pagador, de modo que exalta sua vertente preventiva, isto é, atenta para o dever de sua observância antes da ocorrência do dano ambiental, considerando tal princípio como aquele destinado à partilha da responsabilidade social pelos custos am-

4 – Denominamos enunciador A aquele cujos enunciados que são produzidos de acordo com as limitações da FD jurídico-ambiental, e enunciador B aquele inscrito na FD econômico-empresarial.

bientais provenientes da atividade econômica. De modo diverso, o enunciador B traduz a expressão "*montante de recursos*" como *indenização prévia*, ou seja, como uma penalidade, já que o termo indenização no discurso jurídico adquire contornos de atribuição de responsabilização, passível de punição nas esferas cível, administrativa e criminal, pressupondo uma atividade ilícita ou a inobservância de uma lei. Dessa forma, contrapõe-se ao entendimento afirmado por A e refuta a tese de que seria uma simples compensação pelo uso do bem ambiental. Nesse sentido, B entende que a indenização prévia não seria devida, já que seria uma antecipação de punição ao empreendedor que teria origem em um fato potencial – o dano ambiental. Compreende, portanto, o caráter exclusivamente punitivo do princípio, devendo apenas ter aplicabilidade após ser verificado o dano, não cabendo à atividade empresarial custear possíveis prejuízos ambientais que possam surgir de sua produção.

Reafirmando, ainda, o sentido construído para o princípio do poluidor-pagador, como sendo um instrumento jurídico que busca a internalização dos custos da produção ou utilização de determinado bem, impondo o uso racional dos recursos naturais, de modo a assegurar à coletividade a prevenção ao dano e proteção ao bem ambiental, o sujeito enunciador A assevera que

> A: [...] inspirado nessa decidida opção política da Constituição de 1988, o legislador ordinário federal aprovou a Lei nº 9.985/00. Diploma legal que, ao instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, criou, no seu art. 36, uma forma de compartilhamento das despesas com as medidas oficiais de

> específicas prevenção ante empreendimentos de significativo impacto ambiental.

De outro modo, a posição enunciativa assumida por B é incompatível com essa concepção, traduzindo, então, o enunciado da lei, como indenização. Desse modo, B assume uma acepção do princípio do poluidor-pagador que melhor se adapta à FD econômico-empresarial, isto é, para fins de indenização, obrigatoriamente, deve haver dano. Assim, exclui o caráter preventivo do mencionado princípio (FD jurídico-ambiental), restringindo seu âmbito de incidência e tentando defender uma menor intervenção jurídica em atividades econômicas.

As FDs em embate colocam-se novamente em confronto (de modo polêmico), em nível semântico, quando a lei impugnada traz em seu enunciado: Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental [...].

Novamente é invocada para fundamentar a discussão a noção do princípio do poluidor-pagador. No entanto, observam-se os mesmos aspectos evidenciados anteriormente, em que o discurso jurídico-ambiental constrói um simulacro do discurso econômico-empresarial, refutando a ideia de que o mencionado princípio detém apenas caráter repressivo, ao defender que sua aplicabilidade deve se dar tanto antes do evento danoso, na tentativa de eliminar ou diminuir o risco de dano, quanto após a ocorrência do dano ao meio ambiente. Adotando outra perspectiva, o

discurso econômico-empresarial constrói uma noção do princípio do poluidor-pagador que, diante do significativo impacto ambiental pressupõe que

> B: [...] há uma premissa inafastável: a obrigação de recuperar o meio ambiente pressupõe, presente até mesmo a ordem natural das coisas, que este tenha sido degradado, remetendo o preceito aos parâmetros da lei, e esta é referida sob o ângulo formal e material.

Desse modo, percebe-se que o processo de discursivização do princípio do poluidor-pagador, ao pôr em cena duas FDs específicas, instaura entre elas uma relação polêmica em que cada FD marca sua zona de significação a partir da negação da outra ou do simulacro que dela constrói. É nesse sentido que observamos o processo de interincompreensão entre FDs: no caso, a FD econômico-empresarial e a FD jurídico-ambiental se relacionam de modo polêmico em um espaço discursivo, considerado como uma rede de interação semântica em que uma, de modo constitutivo, se apropria dos enunciados da outra para desqualificá-los, negá-los.

A relação interdiscursiva dessas FDs é, de acordo com Maingueneau, constitutiva da identidade discursiva, ainda que cada FD isoladamente procure apagar essa relação dialógica por meio da interincompreensão que faz com se institua a polêmica.

Consoante Lara (2008, p. 122):

> polemizar implica, antes de mais nada, apreender os "erros" do adversário, denunciá-lo como infrator de leis

> ou de princípios que se impõem como incontestáveis e, por esse viés, tirar dele o próprio direito à palavra. Nesse sentido, cada refutação bem sucedida é uma vitória do verdadeiro sobre o falso, do bem sobre o mal. O discurso que assim traduz o Outro mostra-se vencedor porque diz o Real e o Bem.

No universo jurídico, existe uma lei hierarquicamente superior, a Constituição Federal. Essa lei impõe sua observância para que qualquer outra lei seja sancionada e vigore no sistema jurídico brasileiro. O discurso econômico-empresarial defende uma maior liberdade para o desenvolvimento de atividades econômicas, em que as leis de proteção ao meio ambiente devem se subsumir, ou ao menos se adequar, aos preceitos ditados pelas relações econômicas. Por isso, interpreta a lei de modo a subverter o conceito de princípio a seu favor, tal como pretende fazer com o princípio do poluidor-pagador, tal como se segue:

> B: A Constituição remete ao meio ambiente degradado, quando contém referência ao infrator, à obrigação de indenizar que necessariamente pressupõe dano.
> [...]
> Por isso, caminhei no sentido de rotular que o ônus revela verdadeira comissão e que, quanto maior o investimento pelo empreendedor, maior será o quantitativo recolhido, sem que se cogite do que a Constituição Federal requer que é a degradação, o fato verificado, o dano, porque não se pode cogitar de indenização, a priori, sem a verificação de dano.

Nesse trecho, o enunciador B, ao tomar como fundamento a Constituição Federal, busca demonstrar sua legitimidade, por

entender estar em consonância com a referida Lei, ao mesmo tempo em que nega o pressuposto de validade em que funda o discurso ambiental, segundo o qual a responsabilidade com o meio ambiente é anterior à implantação de qualquer atividade econômica. Para B, o fato de a Constituição Federal fazer menção ao ambiente degradado é demonstrativo de que a atividade empresarial somente deve ser responsabilizada em decorrência de dano efetivo.

A fim de polemizar essa situação e ao mesmo tempo retirar a legitimidade desse discurso (do discurso de B), traduzindo-o de acordo com os semas negativos da FD jurídico-ambiental e mostrando sua inaptidão diante de um forte discurso de proteção ambiental, o sujeito enunciador A, por sua vez, refuta aquele discurso ao afirmar que

> A: O desvelo com o meio ambiente foi tanto que a Magna Lei Federal dele também cuidou, autonomamente, no Capítulo VI do Título VIII. E o que fez para dizer que o "meio ambiente ecologicamente equilibrado" é o direito de todos, erigindo-o, ainda, à condição de bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida (art. 225, caput). Além disso, a nossa Carta Federal impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, arrolando as competências-deveres que a esse Poder incumbe, minimamente [...]. Não sem antes fazer da "defesa do meio ambiente" um dos princípios da própria ordem econômica.

Como se percebe, o discurso jurídico-ambiental eleva o princípio do poluidor-pagador ao ápice normativo do ordenamen-

to jurídico, estabelecendo que a obrigatoriedade de compensação do possível dano é inerente àquele princípio, ao qual fora atribuído valor constitucional. Diante disso, retira do discurso econômico-empresarial a legitimidade de se opor a essa concepção dada pelo discurso jurídico-ambiental.

Retomando Maingueneau (2007), quando afirma que a relação da FD com aquela que lhe é exterior pode se dar de diversas formas, no caso em tela, identificamos, além da relação polêmica (em que uma procura negar a outra), já observada, o estabelecimento, quando do proferimento da decisão, de uma relação harmônica (em que se aceita a pluralidade) como constitutiva do sentido produzido no interior das FDs. Assim, vejamos os seguintes enunciados:

> No caso em concreto, esse dispositivo [art. 36, §1º], como está redigido, [...], pode induzir a ideia de que, necessariamente, haverá sempre impacto ambiental, quando, na realidade, pode não haver. [...] Só o "significativo impacto ambiental" é que levará o empreendedor a fazer esse pagamento para a preservação do meio ambiente.
> Não entendo que essa verba seja indenizatória. Ao contrário, é uma verba de natureza compensatória porque visa preservar o meio ambiente e eventual empreendimento que possa causar significativo impacto ambiental.
> O valor da compensação-compartilhamento é de ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental, após estudo em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa. Prescindibilidade da fixação de percentual sobre os custos do empreendimento.

A relação polêmica entre as FDs em embate, em que uma negava/refutava a validade e a legitimidade da outra é, ao final, sintetizada de forma harmônica, pois os enunciadores reconhecem a pluralidade constitutiva existente entre as FDs. Na síntese, apontam para uma interpretação que engloba concepções traçadas pelas duas FDs em concorrência. Desse modo, impõe-se a interpretação de que o "montante de recursos" constitui-se em compartilhamento de despesas, porém, há necessidade de comprovação da possibilidade de significativo impacto ambiental, possibilitando, posteriormente, ao empreendedor, inclusive, questionar o valor fixado para o pagamento. Observe-se aqui que no termo compartilhamento de despesas está contida a ideia de prevenção, pois deve ser exigido mesmo que não ocorra o dano efetivo. Por outro lado, a acepção do termo significativo impacto ambiental é que fora flexibilizada, acordando-se, para tanto, uma relativização da interpretação do termo em ambas as FDs. Desse modo, não se exigiria a simples possibilidade de dano – pressuposição de que a implantação de qualquer atividade acarretaria prejuízo ao meio ambiente –, nem o efetivo dano ao meio ambiente – se este efetivamente ocorrer, o empreendedor responderá separadamente –, mas é requisito para a imposição do pagamento a comprovação de haver grave risco de impacto/prejuízo ambiental. Além disso, o valor da compensação que antes deveria ser fixado pelo valor do empreendimento (FD jurídico-ambiental) passa agora a ser proporcional ao dano ambiental (FD econômico-empresarial), dispensando a fixação do percentual sobre os custos do empre-

endimento, revelando um acordo entre essas FDs no momento decisório.

Nesse sentido, constatamos que as FDs inicialmente postas em cena procuram refutar os enunciados uma da outra para, no final da decisão, aceitarem a pluralidade numa relação interconstitutiva/harmônica em que se estabelece um acordo entre essas FDs. Dessa forma, poderíamos dizer que, da polêmica instaurada e posterior reconhecimento da pluralidade existente entre aquelas FDs, surge uma outra FD, a saber: jurídico-ambiental moderada, que traz uma nova concepção acerca do princípio do poluidor-pagador. Constrói-se, assim, um discurso no qual em tal princípio está intrínseco o caráter preventivo, devendo ser observado, antes da efetivação do dano, no entanto, que sua aplicabilidade é condicionada à demonstração comprovada da possibilidade de ocorrência do evento danoso, atendendo, desse modo, tanto a determinação constitucional de preservação ambiental, bem como possibilitando o desenvolvimento da ordem econômica.

Considerações finais

A preocupação com a preservação ecológico-ambiental tem ganhado cada vez mais força em âmbito mundial. Com isso, surgem diversos discursos que muitas vezes colocam em embate a temática da preservação ambiental e do desenvolvimento econômico, nem sempre conciliáveis. Cada uma dessas vertentes traz em seus discursos influências sócio-históricas e culturais diversas. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou, por meio

do aparato teórico da AD, o qual considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, compreender o processo de discursivização pelo qual passa o princípio do poluidor-pagador, no interior do discurso jurídico, uma vez que ele não é alheio à realidade na qual emerge. Observamos que esse processo de discursivização admite uma relação polêmica entre as FDs às quais se filiam os sujeitos enunciadores (a saber, a FD jurídico-ambiental e a FD econômico-empresarial) que, se inicialmente rejeitavam a existência uma da outra, ao final, reconhecem a pluralidade interdiscursiva para firmarem um acordo.

Desse modo, inicialmente, expusemos o quadro teórico-metodológico, apresentando conceitos da AD, apontando, sobretudo, para o processo de construção social da realidade que leva em conta a especificidade das relações sócio-históricas que acompanham a produção de sentido dos enunciados.

Em seguida, procedemos à análise do *corpus* com base no postulado teórico anteriormente explicitado. A análise se deu através da identificação das FDs que subjazem ao dizer, com a finalidade de demonstrarmos como o princípio do poluidor-pagador fora discursivizado.

Esse processo de discursivização do princípio do poluidor-pagador nos revelou a coexistência de duas FDs, a lembrar, a FD econômico-empresarial e a FD jurídico-ambiental. Observamos, ainda, que a relação entre essas FDs apresentou-se inicialmente de modo polêmico, evidenciando, assim, o processo de interincompreensão entre elas. Contudo, a relação polêmica instituída entre as formações discursivas, observada, inicialmente, quando

da decisão da lide, foi abrindo espaço para o acordo entre as FDs identificadas. Isso porque, se antes cada uma das FDs procurava negar/recusar os enunciados produzidos sobre a égide da outra, ao final, assumiram a pluralidade de sentido como constitutiva do discurso jurídico sobre a preservação ambiental.

Referências

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 3378-6*. Confederação Nacional da Indústria versus Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Carlos Britto. Brasília, Acórdão de 9 abr. 2008. Página de Supremo Tribunal Federal na internet, Brasília, 2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=534983> Acesso em: 15 ago. 2011.

FIORILLO, Celso A. P. *Curso de Direito Ambiental brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Aplicando alguns conceitos de "Gênese dos Discursos". *In*: BARRONAS, Roberto Leiser; POSSENTI, Sírio. *Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso do Brasil*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008. p.111-132.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

MILARÉ, Édis. *Direito Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 2004.
MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à Linguística* 2: domínios e fronteiras. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-139.
POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à Linguística* 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353-392.

From Controversy to Agreement: Interdiscursive Relations of the Process of discursivization of the Polluter Pays Principe

Abstract: This paper discusses the process of discursivization of the Polluter Pays Principle in the legal discourse. Guided by theoretical and methodological presuppositions of Discourse Analysis, this paper aims at verifying the way such principle, similar to the one given by Environmental Law, is discursively constructed in a judgement through discursive formations in which enunciators are inscribed in order to mean what they say. After analysing the corpus, it was possible to observe that the Polluter Pays Principle assumes two different conceptions by means of a variety of processes of construction, depending on the discursive position of the subject-enuntiator. It is possible thus to identify two discursive formations that underlie that process: the economic-entrepreneurial and the legal-environmental. However, if initially a polemical relation among the discursive formations was observed so that one denied the legitimacy of the other, it was possible to conclude that, at the end, they were imbricated. Enuntiators, in this case, has recognized the constitutive plurality that exists among discursive formations.

Keywords: Legal Discourse - Polluter Pays Principle – discursive Formations and Interdiscourse

O Sistema Prisional e a ressocialização

Sônia de Oliveira Santos Baccarini
Mestre em Direito Constitucional – UNIPAC
E-mail: soniasbac@uol.com.br
Fone: (32)9923-5279; (31)9679-3049

Data de recepção: 15/05/2012
Data de aprovação: 25/09/2012

Resumo: Este artigo trata de uma análise do sistema penitenciário do Brasil em que se constatam inúmeras deficiências na execução de uma política pública pelo Estado como gestor penal. Essa realidade, representativa de um Estado premido pelo clamor social de que os criminosos sejam afastados do convívio da sociedade, demanda investimentos na construção e na reforma de estabelecimentos. Um dos efeitos dessa falta de investimentos resulta na impossibilidade de o Estado promover melhorias no cumprimento das penas privativas de liberdade, resultando em situações em que os presos não têm condições mínimas de dignidade e são destituídos de todo e qualquer direito a um tratamento que possa ser considerado reabilitador. A tarefa de reeducar e ressocializar os presos, assim como a adoção de programas que contemplem os direitos humanos nos presídios, além da reestruturação material das unidades penitenciárias são vitais para que se cumpra a finalidade última e essencial de todo o sistema prisional, que é a reabilitação.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário Brasileiro – Estado - Políticas Penais – Ressocialização

Introdução

O Estado, quando condena uma pessoa que tenha cometido um crime, aplica a essa pessoa uma pena que eventualmente restringe a sua liberdade, supondo que, após o cumprimento da sentença expedida, esse indivíduo estará pronto para retornar ao convívio social, o que não ocorre na maioria das vezes.

O sistema prisional, de uma forma geral, vem passando por modificações, com o objetivo premente de ajustar-se à verdadeira razão de sua existência: ressocializar indivíduos que cometem crimes, para que, após o cumprimento da pena, possam voltar a viver em sociedade.

A superlotação das prisões, as debilitadas e insalubres instalações físicas, a falta de treinamento dos funcionários responsáveis pela reeducação da população carcerária e a própria condição social dos que ali se encontram são alguns dos inúmeros fatores que contribuem para o fracasso do sistema penitenciário brasileiro no que se refere à questão da recuperação social daqueles que nele estão internos.

A realidade desse fato é verificada visto que

> a reeducação objetivada pelo Estado, na prática, não acontece, pois o que tem sido a principal preocupação do sistema penitenciário ao receber um indivíduo condenado não é a sua reeducação, e, sim, a privação de sua a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (SANTOS, 2005).

O cumprimento das penas privativas de liberdade deve ocorrer de forma a assegurar aos condenados condições de retornarem à sociedade sem representar nenhum tipo de risco para a mesma, confirmando assim o cumprimento do papel do Estado, qual seja o de fornecer um tratamento penitenciário adequado.

1. Evolução Histórica do Sistema Penitenciário

O estudo do Direito Penitenciário reporta à origem e solução das penas em suas diversas formas de cumprimento, sendo que, na Antiguidade, existiam penas privativas de liberdade, as quais, forçosamente, deveriam ser cumpridas em locais denominados cárceres.

Hespanha (2005, p. 27) comenta que as descrições dos locais nos quais eram recolhidos os presos eram terríveis e, em uma prisão da Birmânia, um trabalhador relatou ter sido levado "a um calabouço povoado de leprosos, doentes e vermes famintos". Narra que, enquanto durou o encarceramento, observou que colocaram uma leoa faminta na cela vizinha, à vista dos presos, que viviam em constante temor de serem colocados juntos com o animal. Era uma forma de terror psicológico.

A prisão, como pena, era quase desconhecida na antiga ordem normativa costumeira. Os povos que tinham espaços destinados para encarceramento, no Antigo e Médio Oriente, foram os chineses, babilônios, hindus, persas, egípcios, japoneses e hebreus (HESPANHA, 2005, p. 28).

De acordo com Hespanha (2005), os chineses tinham cárceres já no século IV a.C., na época do imperador Sun. Após

esse período, tornou-se obrigatório um regulamento carcerário, e aqueles que eram condenados por lesões eram obrigados a realizar trabalhos forçados e públicos. Nesses cárceres, aplicavam-se os mais variados tormentos, como o do ferro quente – pao-lo –, que consistia em picar com esse instrumento os olhos dos presos.

Na Babilônia, os cárceres eram denominados "Lago de Leões" e se assemelhavam a poços. Os egípcios tinham como locais destinados a cárceres as cidades e as casas privadas, locais em que os presos realizariam os trabalhos, enquanto os japoneses dividiam o país em cárcere do norte e do sul, para alojar, nos últimos, os condenados por delitos menores (HESPANHA, 2005, p. 29).

Segundo Hespanha (2005), ainda na ordem normativa hebraica, a prisão tinha duas funções: evitar a fuga e servir como sanção, que poderia ser comparada à atual instituição da prisão perpétua, porquanto considerava indigno de viver em sociedade o infrator da lei. Havia influência religiosa, com uma significativa dose de irracionalidade: o autor de um delito era encerrado em um calabouço, que não tinha mais que "seis pés de altura, estreito, de tal modo que o sujeito não podia estender-se e era mantido somente a pão e água, até que a debilidade anunciava a morte, quando recebia um pouco de cevada" (*idem* p. 30-31).

Nos textos bíblicos, deparamo-nos com alguns antecedentes, como no Levítico, em que se fala da prisão do blasfemo, e ainda nos Livros de Jeremias e dos Reis, que mencionam os cárceres dos profetas Jeremias e Miqueias. Temos ainda como

exemplo Sansão, que foi importunado até ser privado da visão e da liberdade (HESPANHA, 2005, p. 31).

Assinala Hespanha (2005, p. 33) que existiam distintos tipos de prisão, de acordo com as pessoas e a gravidade do delito cometido, o que denota um princípio classificador. A prisão era preferencialmente um castigo aplicado aos reincidentes. A Bíblia fala das instituições nas cidades, como os asilos, precedentes do atual asilo político, para proteger os acusados das vinganças dos parentes da vítima, no caso de homicídio culposo.

Roxin (1991, p. 35) ensina que, na Grécia, acompanhando as ideias de Platão, cada tribunal deveria ter seu cárcere, havendo três tipos: o primeiro era na praça do mercado para mera custódia, o segundo para correção e um terceiro para suplício em uma região sombria e deserta.

As casas de custódia serviam de depósito geral, para a simples segurança, e o cárcere, para impossibilitar a fuga dos acusados. As leis de Ática lhes atribuíam outro sentido, já que determinavam que os ladrões seriam julgados, indenizariam a vítima e deveriam cumprir cinco dias e cinco noites de encarceramento (ROXIN, 1991).

Anota ainda Roxin (1991, p. 39-40) que havia cárceres específicos para os que não pagavam impostos e para os que prejudicavam um comerciante ou um proprietário de embarcações e não abonavam as dívidas, os quais eram detidos até que realizassem o pagamento. Além disso, os gregos utilizavam uma prisão a bordo de um barco, bem como o sistema de caução, alternativo ao encarceramento, especialmente em Esparta. Relatou Plutar-

co também que havia, na época do reinado de Agis, calabouços onde os sentenciados à morte eram afogados. De qualquer modo, na civilização grega, o cárcere era como uma instituição incerta, unicamente aplicável a condenados por furto e devedores que não podiam pagar suas dívidas, além de instituições para jovens que cometiam delitos, e o Pritanio, para os que atentassem contra o Estado.

Gilissen (2003), acerca do Direito Romano, assinala que, a princípio, apenas foram estabelecidas prisões para a segurança dos acusados, algumas das quais se encontravam no Foro, que depois foi ampliado por meio de um subterrâneo de mais de quatro metros de largura. O autor complementa:

> O Imperador Constantino fez construir um sistema de cárceres e Ulpiano assinalou, no Digesto, que o cárcere deve servir não para castigo dos homens, mas para sua guarda. Logo, sustentou que, durante o Império Romano, estes eram para a detenção, e não para o castigo. Em ditos cárceres, os escravos eram obrigados a trabalhos forçados, como o *opus publicum*, que consistia na limpeza dos esgotos, no conserto das ruas, trabalhos em banhos públicos e minas, penas *ad metalla* e *opus metalli*. Os primeiros levavam correntes mais pesadas que os outros e, assim mesmo, trabalhavam nos canteiros de mármore, como os muito célebres de Carrara ou nas minas de enxofre. Selling agrega que, se depois de dez anos, o escravo penal se encontrava com vida, podia ser entregue aos seus familiares (GILISSEN, 2003, p. 172).

Observa, ainda, Gilissen (2003), que o primeiro dos cárceres romanos foi fundado por Tulio Hostilio, terceiro dos reis romanos, que reinou entre os anos 670 e 620 a.C. Essa prisão, chamada Latomia, foi sucedida pela Claudiana, construída por ordem de Apio Claudio e, posteriormente, pela Mamertina, por ordem de Anco Marcio. Destaca-se, nessa matéria, a Constituição de Constantino, sobre a qual anota o autor:

> Esta constituição, do ano de 320 d.C., contém disposições muito avançadas em matéria de Direito Penitenciário: como são as prisões, a separação dos sexos, a proibição de rigores inúteis, a obrigação do Estado de custear a manutenção dos presos pobres e a necessidade de um pátio onde os internos tomem sol.
> Na atualidade, em alguns cárceres, os princípios assinalados não têm vigência. Em numerosas prisões, não há separação real de sexos. Os rigores inúteis subsistem, já que o Estado não custeia a alimentação e as ditaduras privam os presos de sol e ar livre, além de outros direitos (GILISSEN, 2003, p. 173).

Na Idade Média, comenta Brandão (2002, p. 28-29) que o cárcere não tinha o sentido de pena, visto que, naquele período, a noção de pena privativa de liberdade foi, de certa forma, soterrada pela aplicação de tormentos e torturas variadas – açoite, retirada do couro cabeludo, marcação daqueles que cometiam homicídios e furtos, e mutilação dos olhos, da língua, das orelhas, dos pés e dos dedos, dentre outras torturas físicas. De acordo com os delitos, eram atribuídas as penas de caráter simbólico, como arrancar os dentes dos que prestavam falso

testemunho, fazer com que os adúlteros andassem nus pelas ruas e a perfuração da língua dos blasfemos, "especialidades" que encontraram sua mais relevante expressão durante a Santa Inquisição.

Gilissen (2003, p. 185) observa que, posteriormente, os países foram criando disposições legais e, em alguns casos, constitucionais, proibindo torturas e instituindo penas para os infratores de diversos delitos embora muito do sistema medieval tenha se mantido. Sobre essa consideração, ele comenta que países, como o Paquistão, atualmente estabelecem, em seu novo Código Penal, que o delito de atentado ao pudor praticado por uma mulher será punido com pena de 30 açoites ou dez anos de prisão. Para roubo, vandalismo e pilhagem, aplica-se a pena de amputação da mão por cirurgião qualificado, com anestesia local. Em certos casos mais graves, prevê a aplicação da pena de morte – torturas preferidas à prisão.

Ainda na Idade Média, Brandão (2002, p. 37) ressalta que, no norte da Europa, na Alemanha e na Itália, a prisão tomava a forma de poço. São desse período a Torre de Londres, a Bastilha e outros castelos utilizados como estabelecimentos de reclusão.

Gilissen (2003, p. 189) igualmente aduz que:

> Outro sistema de exploração no caminho do cumprimento das penas é representado pelas galeras. Seu criador, Jacques Coer, foi autorizado por Carlos VII a tomar à força 'vagabundos, ociosos e mendigos'. Depois, ampliou-se o sistema, especialmente na França, para aqueles delinquentes que podiam ter merecido a pena de morte, estendendo-se à Espanha.

> A forma de cumprimento das penas era o que Selling chama 'prisões-depósitos, onde cada um carregava suas pernas de argolas e correntes, era ameaçado com açoite e passeava suas chagas por todos os mares do mundo'. Os presos manejavam os remos das embarcações do Estado.
> Com o surgimento dos barcos a vapor, as galeras desapareceram e os prisioneiros foram enviados aos diques dos arsenais, onde continuavam presos com correntes de dois em dois, o que demonstra como a exploração mudava conforme o interesse econômico.

Havia também as "Casas de Galera", para onde se enviavam mulheres de vida licenciosa (prostitutas), que tinham os cabelos raspados com navalha, não lhes sendo oferecido alimento suficiente, ficando presas com mordaças, correntes e ferros, além de serem envergonhadas e estigmatizadas publicamente. Se, eventualmente fugissem, eram marcadas nos ombros a ferro quente, com o escudo de armas da cidade e, na terceira reincidência, enforcadas na porta do estabelecimento (GILISSEN, 2003, p. 190).

O presídio, em obras públicas, aparece com o desenvolvimento e a mudança econômica, quando o interesse do Estado variou na exploração de presos que, acorrentados e custodiados por pessoal armado, passaram a laborar em obras públicas, bem como no calçamento de ruas, canteiros de pedra ou bosques para plantio de árvores. Todas essas tarefas eram muito duras e, como sempre, o açoite era o melhor meio para incentivar o cumprimento dos trabalhos (GILISSEN, 2003, p. 192).

Outra instituição punitiva é a deportação que, respondendo a interesses sociais, políticos e econômicos dos países capitalistas, enviava para suas colônias, a milhares de quilômetros de seus lares, delinquentes e presos políticos, a fim de trabalharem como seres indesejáveis. Dessa forma, foi povoada a Austrália pelos ingleses e as Guianas pelos franceses e holandeses. As epidemias, por vezes, dizimavam a tripulação na travessia marítima. As condições eram anti-higiênicas, a comida insuficiente e, consequentemente, a doença e a morte comuns (GILISSEN, 2003, p. 195).

A deportação foi aplicada não apenas aos delinquentes considerados perigosos, mas também a devedores e presos políticos. O ambiente dessas prisões era considerado caloroso, de selvas virgens, serpentes venenosas e perigos mortais e desconhecidos.

Gilissen (2003, p. 195-196) ressalta que, na deportação, coincidem alguns fatores:

> a) o isolamento em um ambiente desfavorável; b) a colocação em um lugar no qual o réu não tem muitas recordações do seu delito e, assim, tem novas perspectivas; c) um clima desconhecido, ao qual o réu deve se acostumar e realizar novas tarefas de adaptação; d) os resultados representavam um enorme castigo, pela exploração e pelo desterro, que separava o réu da família e de todos os que ele conhecia.

Essa espécie de desterro forçado foi aplicada a políticos e pensadores para segregá-los e lhes cominar um castigo maior

em locais inóspitos, brutais quanto ao clima, às doenças, às pragas etc. As distâncias eram enormes e a travessia dos mares era realizada em condições de pouca ou nenhuma segurança (GILISSEN, 2003, p. 197).

Sobre a deportação na Europa, ensina Gilissen (2003, p. 199):

> A deportação inglesa foi a mais importante e começou em 1597, com as deportações aos Estados Unidos da América do Norte, estimando-se que o número de presos embarcados foi superior a trinta mil. Entre os que desembarcaram nas praias do norte da América, encontravam-se os criminosos mais graves, vagabundos, mendigos, sujeitos com antecedentes penais, mas esta longa lista é agregada por políticos, militares e 'terroristas' irlandeses e escoceses.
>
> Desta forma, enquanto na metrópole se defendia este tipo de pena, porque 'livrava do mal à pátria', a criminalidade aumentava vertiginosamente na nova colônia, que, ao se tornar independente, exigiu que o velho império começasse a pensar em outras colônias para despovoar seus cárceres. Pensaram primeiro na África, mas ali havia perecido quase a metade da população enviada, e, então, concretizaram seus projetos na Austrália, com uma mortalidade que chegou a cifras alarmantes (calcula-se que morria um de cada três condenados antes de cumprir a sua sentença). A ideia de substituir a pena de morte com essa nova forma de exploração era falsa, pois resultava no mesmo, ou seja, o preso trabalhava até o último momento da vida, que se extinguia com brevidade.

> Na França, a deportação teve os mesmos caracteres de brutalidade e crueldade da inglesa. Também existia diferença entre o que diziam as leis e o que foi a realidade, pois não representava forma de reflexão do preso quanto ao delito, mas um tratamento selvagem, trabalhos forçados, clima inóspito e pleno de vicissitudes, que tinha como consequência geral a morte.
>
> Iniciou-se com o envio de reincidentes de certos delitos à Guiné Francesa e à Guiana Francesa, onde os presos permaneciam o dobro do tempo fixado na condenação e, no caso de penas superiores a oito anos, a residência era permanente. Para evitar fugas, estabeleceu-se um aumento considerável nas sanções. Os liberados deviam conseguir trabalho no prazo de dez dias; caso contrário, eram acusados de vagabundagem.

Aquino *et al* (1995, p. 36) instruem que, no século XVI, surgiu um movimento destinado a construir estabelecimentos correcionais destinados a mendigos, vagabundos, jovens delinquentes, além daqueles que eram detidos a pedido de parentes e amigos em razão de uma vida irregular e às prostitutas. Nesses locais, os internos trabalhavam com a raspagem de madeiras para a fabricação de corantes. Destacavam o trabalho como meio educativo e ainda havia os castigos apesar do trabalho contínuo e árduo. A disciplina era muito severa, com castigos, açoitamentos e celas de água, locais em que o indivíduo devia retirar o líquido que as invadia para salvar sua vida, tudo com a intenção de "domar" os internos.

2. Prisão e Ressocialização

O encarceramento passou a ser a resposta mais incisiva e esperada para atender o clamor social pela punição dos delitos, especialmente a partir do século XIX, quando havia pleno convencimento de que o afastamento do convívio social representava o meio ideal à reforma do delinquente, na firme convicção de que a prisão teria o condão de punir através da aplicação da pena e, ao mesmo tempo, reabilitar o delinquente.

Esse otimismo inicial foi, aos poucos, dando margem a uma atitude pessimista e a críticas fortes, diante da persistência de crises que abrangiam, principalmente, o objetivo ressocializador da pena privativa de liberdade diante da impossibilidade absoluta ou relativa de se obter algum efeito positivo sobre o apenado.

O histórico da prisão tem indicado a necessidade de sua reforma, pois, mesmo sendo vista como algo que se mostra necessário diante da delinquência exacerbada, ainda mantém contradições insolúveis em sua essência, de tal forma que, como informa Mourullo (1982, p. 334)

> Atualmente, domina a convicção de que o encarceramento, exceto para os indivíduos chamados de presos residuais, representa grande injustiça, especialmente quando se considera que dentre esses presos não estão os que cometem crimes não convencionais.
> O elenco de penas do século passado se encontra esgotado e a pena de privação da liberdade, cujo apogeu se deu na segunda metade do século XIX, encontra-se decadente, desde anteriormente ao final do século XX. Contudo, as reprovações, em seu início, se fazem

> somente contra as penas de curta duração e teve seu marco fundamental no Programa de Marburgo. A inaptidão para educar os condenados e retirá-los da forma de vida em que se encontravam, a obrigação de abandonarem suas famílias e os estigmas que ficam no recluso de sua estada na prisão são alguns dos argumentos que apoiam os ataques iniciados, sobretudo, na União Internacional de Direito Penal, notadamente no Congresso de Bruxelas, de 1889.

A partir disso, torna-se imprescindível a instituição de penas que tenham compatibilidade com uma sociedade que evolui, aperfeiçoando-as, substituindo-as, dentro das possibilidades, e impedindo reformas que tornem ainda mais aprofundado o descrédito na pena de prisão como única forma para que o controle social seja exercido.

Desde o nascimento das prisões, verificou-se a propensão à falência do sistema carcerário em relação às necessárias medidas retributivas e preventivas. Cada vez mais, indica-se a limitação da privação da liberdade àquelas de longa duração e aos condenados que representem perigo efetivo e que dificilmente possam ser recuperados. Passa-se a adotar o conceito de pena necessária de von Liszt (*apud* BITTENCOURT, 2001, p. 60).

Betiol (2003, p. 33) anota ainda:

> Se é verdade que o Direito Penal tem o seu início no momento em que se extingue o terror, do mesmo modo é também verdade que o reino do terror não é apenas aquele no qual não existem leis e predomina arbítrio,

> mas é também aquele onde a lei ultrapassa os limites da proporção, na intenção de deter as mãos dos delinquentes.

Esse grande questionamento acerca da pena privativa de liberdade tem repetido reiteradamente que a problemática da prisão é a própria prisão, que agrava defeitos morais, retirando inclusive o caráter de humanidade da pessoa.

Desse modo, restringe-se a limitação da pena de prisão às situações de reconhecida necessidade como forma de impedir que os resultados sejam contrários ao esperado. Os chamados substitutivos penais constituem opções que poderão ter maior eficácia no sentido da desprisionalização, considerando-se que existem meios diversos igualmente humanizadores dessa forma de controle social representada pelo Direito Penal.

A pena constitui um recurso básico do qual o Estado se serve e de que dispõe diante da necessidade de equilibrar a convivência dos cidadãos.

Betiol (2003, p. 38) observa, acerca dessa questão, que

> A crise da pena retributiva, portanto, pode ser encarada como sendo a crise da mesma ideia de retribuição como um mal imposto ao autor de um delito para que espie sua culpa. Todavia, no decurso histórico do Direito Penal, da pena e do Estado, observam-se notórias rupturas, dentre as quais se encontra a transição das concepções retributivas da pena às orientações preventivas (gerais ou especiais), além de outras concepções mais modernas, como as da prevenção geral positiva, fundamentadora e limitadora.

Com a evolução das justificativas e funções da pena, imputa-se a obrigação de examinar com atenção as diversas explicações teóricas que a doutrina tem dado à sanção penal, discutindo-se a validade da pena privativa desde seus princípios e fins ideais ou abstratos e, principalmente, de sua execução.

A questão da privação da liberdade deve ser abordada em decorrência de como atualmente se cumpre e se executa a pena, com os estabelecimentos penitenciários que existem e suas estruturas físicas, de pessoal, orçamentárias etc. com os quais se conta, nas circunstâncias e na sociedade atual, ou seja, estritamente de acordo com a realidade.

A fundamentação conceitual acerca da qual se fundam aqueles que apregoam que a pena privativa de liberdade não é eficaz e pode ser sintetizada em duas premissas, conforme Bittencourt (2001, p. 143):

a) Considera-se que o ambiente carcerário, pelo fato de se opor à sociedade que se encontra em liberdade, tende a se converter num universo que foge aos padrões, um meio não natural, no qual não se tornam possíveis a realização e a concretização de ações de reabilitação do preso.

Dificilmente, pode-se deixar de considerar que a ressocialização de indivíduos que são encarcerados tornou-se uma utopia atualmente, pois estes foram marcados como antissociais no momento em que foram retirados do meio em que conviviam os homens livres e dispostos em um local onde se encontram outros indivíduos antissociais.

No caso específico do sistema penitenciário, a repetição, aumenta a fadiga e os riscos de incidentes, causando perturbações nervosas e psicossomáticas, restringindo a atividade mental e a capacidade de reação, aumentando consideravelmente os riscos inerentes à situação de vida em seu interior, que se transformam, segundo Clemente (1998, p. 223-224), em indicadores de alienação, que se resumem em:

> 1. Falta de poder: os presos se situam em uma hierarquia em que tem sua vida totalmente regulada. Devem permanecer atentos a quaisquer situações problemáticas possíveis de ocorrer e ao cumprimento de regras que visam somente a mantê-los em um regime de disciplina cruel; 2. falta de normas: há um conflito de normas no qual os objetivos de tratamento existentes de modo tradicional em uma instituição carcerária punitiva se tornam contraditórios; 3. falta de sentido: torna intolerável de ser suportada a vida nas penitenciárias; com raras exceções, é rotineiro o isolamento; 4. isolamento social: com o intento de minimizar o risco e a tensão, define-se uma conduta individualizada para os presos, isolando-os dos demais, para que se enfraqueça a percepção de união ou de solidariedade entre todos; 5. autoexílio: a natureza da vida na prisão dificulta a possibilidade de experiências positivas e, por conseguinte, são nulos os incentivos para que o preso possa empregar em si mesmo qualquer possibilidade de modificar-se; 6. estressores particulares: os detentos vivem em um ambiente em que é constante o risco de agressões e rebeliões.

Nunes (2005, p. 38) assinala que, no conflito de padrões, existe uma fonte de estresse extra para o preso, como um elemento perene em penitenciárias: "por um lado, se exige que o preso seja reeducado e, por outro, é colocado em um ambiente que o desrespeita como ser humano, o que a sociedade certamente fará quando deixar a prisão".

As metas da custódia e do tratamento, conforme Nunes (2005, p. 38), são: a) manter a segurança; b) prevenir fugas; c) minimizar o sofrimento humano; d) maximizar a moral; e) ajudar a manter o funcionamento organizacional.

Esse embate de padrões, acrescido da fadiga emocional e do crescente nível de exigência vindos de muitas direções, pode trazer consequências graves, pois o efeito se dá diretamente sobre a convivência dos presos, que normalmente se manifestam de forma negativa.

As penas, nesse cenário, rotulam, estigmatizam, ferem, justificando as alegações daqueles que constatam que um indivíduo apenado é mais difícil de ser ressocializado do que aquele que não foi encarcerado, já que para a sociedade, o motivo não será o diferencial, mas, sim, se alguma vez foi encarcerado.

b) É também importante ressaltar que se costuma observar que, em inúmeros outros países, nos presídios, diante das condições materiais e humanas que subsistem, a ressocialização, a recuperação e a reabilitação dos presos não são efetivadas.

Essa incoerência não se deve à natureza ou à essência da prisão em si, mas, sobretudo, à mais simples constatação das

reais condições nas quais se concebe o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Nesse enfoque, pode-se sustentar a existência de uma imensa crise do setor carcerário, causada por uma atenção deficiente que a sociedade e, principalmente, seus governos têm em relação ao sistema penitenciário, trazendo como consequência a exigência de atitudes severas, que possam transformar em realidade a finalidade reabilitadora da pena privativa de liberdade.

Dessa forma, especialistas têm dedicado esforços na tentativa de encontrar soluções alternativas possíveis que permitam minimizar os efeitos do encarceramento, exceto daqueles em que seja de fato indispensável. Reale Júnior (1983, p. 121) observa que essa atitude instaura

> Um realismo humanista, que vê a pena como reprimenda; que busca humanizar o Direito Penal recorrendo a novas medidas que não o encarceramento; que pretende fazer da execução da pena a oportunidade para sugerir e suscitar valores, facilitando a resolução de conflitos pessoais do condenado, mas sem a presunção de transformar cientificamente sua personalidade.

As penas representam condições imperativas ao funcionamento da sociedade como sistema de convivência ainda que não possam ser reduzidas unicamente às penas privativas de liberdade, pois são insuficientes para cumprir o mais fundamental de seus escopos, que é o da reeducação e da reintegração social do preso.

Quando se trata da questão da ressocialização, não há receitas definitivas, mas, sim, possibilidades de ação, visto que esse problema não pode ser resolvido com fórmulas simplistas. Da mesma forma, não se pode atribuir às disciplinas penais o ônus de concretizar na totalidade a ressocialização do condenado desconsiderando a existência de outros programas e meios de controle que a sociedade e o Estado devem organizar com esse objetivo, seja por meio da educação, do aporte familiar ou religioso etc.

Modernamente, o esforço ressocializador somente é concebido como uma prerrogativa que se torna acessível ao infrator, para que, livremente, ajude a si próprio, o que não libera a sociedade de sua obrigação para com ele, da mesma forma que este é responsável pelo bem-estar social.

Essa argumentação é defendida pela criminologia crítica, que não admite que seja possível alcançar o objetivo ressocializador do condenado em uma sociedade capitalista. Os principais argumentos que respaldam essa convicção são sintetizados por Baratta (1999, p. 237):

> a) a prisão surgiu em resposta à demanda do capitalismo, para servir como instrumento eficiente no controle e na manutenção desse sistema;
> b) o sistema penal permite a manutenção do sistema social, possibilitando, por outro lado, a manutenção das desigualdades sociais e da marginalidade.

O sistema penal facilita a manutenção de um sistema hierárquico da sociedade, impedindo que as classes menos favore-

cidas se integrem e as submetendo a um sistema de exclusão social. Nesse sistema, encontra-se o mesmo processo discriminatório entre as classes, semelhante aos que existem no sistema escolar, inviabilizando a reabilitação e consequente ressocialização do indivíduo.

Considerações finais

O sistema penitenciário brasileiro não consegue alcançar sua principal finalidade, que é a ressocialização de seus internos. A lotação excessiva das prisões e a realidade de suas instalações físicas são alguns dos fatores que contribuem para o fracasso desse sistema.

Seguindo o argumento da criminologia crítica, constata-se que o investimento em reformas no sistema penitenciário não se mostra viável enquanto se mantiver a mesma estrutura do sistema capitalista na sociedade, tornando necessária, sobretudo, uma democratização do aparato de controle social mostrado pelo Direito Penal, para que desapareça a estigmatização do delinquente nessa sociedade.

É possível constatar que somente a privação da liberdade como única e exclusiva forma de punição não contribui para a ressocialização. Nesse sentido, é preciso que algo seja feito visando a resolver, ou ao menos, minimizar ao máximo esse equívoco.

Referências

AQUINO, Rubim S. de L. *et al*. *História das sociedades*: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1995.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BETIOL, Giuseppe. *O Problema Penal*. Campinas: LZM, 2003.

BITTENCOURT, Cezar R. *Falência da Pena de Prisão*: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRANDÃO, Cláudio. *Introdução ao Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CLEMENTE, Miguel. *Fundamentos da Psicologia Jurídica*. Madrid: Pirâmide, 1998.

GILISSEN, John. *Introdução à histórica do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HESPANHA, António M. *A História do Direito na História Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

MOURULLO, Gonzalo R. *Política criminal y reforma de Derecho penal*. Bogotá: Temis, 1982.

NUNES, Ana Lúcia. Penitenciárias e Estado Criminoso. *Revista Nova Democracia*, Brasília, ano 4, n. 27, nov. 2005.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Novos rumos do sistema criminal*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ROXIN, Claus. *Problemas Fundamentais do Direito Penal*. Tradução Ana Paula dos Santos. Lisboa: Vegas, 1991.

SANTOS, Síntia Menezes. *Ressocialização através da educação*. Disponível em: <HTTP://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2231>.

Prison System and Resocialization

Abstract: This article aims at analysing the Brazilian prison system, that is characterized by a series of failures concerning the implementation of a public policy on the part of the State, considered to be the manager of the prison system. That reality, representative of a State that is driven by the social outcry that criminals should be separated from social interaction, requires investment in the construction and reform of buildings. One of the effects of this lack of investiment results in the impossibility of the State to carry out improvements in the compliance with the sentences involving deprivation of liberty, that leads to situations such as the lack of basic conditions of dignity and the exclusion of prisoners from all and any right to treatment considered to be rehabilitative. The task of re-educating and resocializing prisoners, the adoption of programs that include human rights in prisons as well as the re-structuration of correctional facilities are vital for rehabilitation – main, essential goal of the entire prison system.

Keywords: Brazilian Prison System – State – Criminal Policies - resocialization

Métodos de contenção e estabilização de processos erosivos avançados e voçorocas no Brasil

Natália Campos Teixeira – UFSJ
Mestre em Bioengenharia de Sistemas Ecológicos – UFSJ
E-mail: natycamposteixeira@yahoo.com.br
Fone: (32) 9922-3501

Carla Daniele de Carvalho Guimarães – UFSJ
Mestre em Ecologia Aplicada – UFLA
E-mail: carladanigui@yahoo.com.br
Fone: (32) 9163-0039

Data de recepção: 17/09/2012
Data de aprovação: 28/10/2012

Resumo: A voçoroca é a evolução de um processo erosivo intenso causado pela concentração de enxurradas em depressões mal protegidas que acumulam grandes volumes de água a uma alta velocidade. Devido a prejuízos trazidos pela perda de terras agrícolas, redução na produção das lavouras e aumento acentuado no acúmulo de sedimentos dos rios, as áreas voçorocadas têm recebido grande atenção. Na tentativa de minimizar tal problema, muitas técnicas estão sendo aprimoradas. Essas técnicas, baseadas na pesquisa bibliográfica e descrição, serão alvo da discussão deste artigo.

Palavras-chave: Voçorocas – Estabilização – Contenção

Introdução

Atualmente é crescente a preocupação com o meio ambiente. Desse modo, pelos inúmeros danos que podem causar, as voçorocas têm recebido uma grande atenção.

De acordo com Lopes e Guerra (2001), 'voçoroca' pode ser compreendida como uma escavação ou rasgão de solo ou rocha decomposta, que permite a exposição do lençol subterrâneo.

Desde os tempos mais remotos, as causas para a degradação do solo já eram apontadas: implantação de estradas rurais, trilhas de carros de boi, divisórias de fazendas na forma de sulcos resultaram em erosões, que se transformaram em imensas voçorocas. Atualmente, o desmatamento para a fabricação de carvão vegetal, o uso incorreto do solo para a agricultura, a pecuária e obras de engenharia civil são os principais responsáveis pelos danos ambientais causados pelas voçorocas (CABRAL *et al*, 2002).

As voçorocas podem ser formadas através de erosão superficial, erosão subsuperficial e movimentos de massa (BACELLAR, 2006). Além disso, seu grau de desenvolvimento determina sua atividade; assim, voçorocas com baixos níveis de vegetação e com encostas mais íngremes são classificadas como ativas (PEREIRA *et al*, s. d.).

Fatores como a erosividade do agente (potencial de erosão da água) e a erodibilidade do solo (suscetibilidade à erosão do solo) contribuem para intensificar a erosão. Fatores antrópicos, como queimadas, desmatamento e manejo inadequado de plantações; fatores geológicos passivos e ativos; fatores pedológicos,

fatores climáticos ativos e passivos e fatores geomorfológicos também são apontados por Bacellar (2006) como determinantes para o desenvolvimento e surgimento de áreas voçorocadas.

A perda de sedimentos devido à precipitação é a principal causa para o surgimento e o consequente crescimento de uma voçoroca: quanto maior o volume de chuvas em uma área, maior a propensão ao surgimento desse tipo de erosão. Outro fator hidrológico importante é a taxa de infiltração do solo: regiões onde essa taxa é baixa são mais propensas ao escoamento superficial causando, assim, o deslocamento de um grande volume de sedimentos e, dessa forma, a lixiviação de massa, que poderá culminar na formação da voçoroca (CARDOSO; PIRES, 2009).

As voçorocas são classificadas pela sua profundidade e pela área de sua bacia. De acordo com Bertoni e Lombardi Neto (1990), elas são profundas quando têm mais de 5m de profundidade; médias, quando têm de 1 a 5m; e pequenas, com menos de 1m. Pela área da bacia, elas são consideradas pequenas quando a área de drenagem é menor do que 2 hectares; médias, quando de 2 a 20 hectares, e grandes, quando têm mais de 20 hectares.

Eliminação de terras férteis, destruição de estradas e outras obras de engenharia; riscos de desmoronamentos de casas; assoreamento de rios e reservatórios; recobrimento de solos férteis nas planícies de inundação; destruição de *habitats*; rebaixamento do lençol freático no entorno, com secagem de nascentes; deterioração de pastagens e culturas agrícolas e redução da produção de cisternas; dificuldade de acesso a determinadas áreas

– essas são algumas das consequências mais graves de erosões intensas.

A prevenção ainda é a melhor maneira de se livrar do problema, pois, uma vez instalada essa forma de erosão, torna-se quase sempre inviável sua eliminação, restando como alternativa a sua estabilização para evitar a intensidade do problema (GOULART, 2006).

A recuperação depende da disponibilidade de nutrientes e da umidade do solo, fatores que normalmente se acham em níveis inadequados em áreas erodidas (RESENDE *et al*, 1995). O conhecimento das espécies vegetais com capacidade de estabelecimento em locais de condições adversas, associadas aos padrões de dispersão e de regeneração natural, é fundamental para o controle dos processos erosivos, ampliando as possibilidades de sucesso nas intervenções direcionadas para a recuperação de áreas degradadas (SEITZ, 1994).

Para Bertoni e Lombardi Neto (1990), o controle das áreas críticas em processo de voçorocamento deve ser realizado com os seguintes objetivos: (a) intercepção da enxurrada acima da área de voçorocas, com terraços de diversão; (b) retenção de enxurrada na área de drenagem, por meio de práticas de cultivo, de vegetação e estruturas específicas; (c) eliminação das grotas e voçorocas, com acertos do terreno executados com grandes equipamentos e movimentação de terra; (d) revegetação da área; (e) construção de estruturas para deter a velocidade das águas ou até mesmo armazená-las; (f) completa exclusão do gado; (g) controle de sedimentação das grotas e voçorocas ativas.

A retenção da água que provoca a voçoroca, a proteção contra pastoreio, pisoteamento do gado e fogo, e a remoção de outras causas prejudiciais são as principais medidas mitigadoras. Desse modo, este trabalho objetiva discutir as técnicas utilizadas para impedir tais causas prejudiciais e, assim, o controle e a contenção das voçorocas.

1. Referencial teórico

Segundo a EMBRAPA (2002), para que haja soluções eficazes para a minimização dos processos erosivos acentuados, primeiramente é necessário que se isole a área afetada. Realizar análises químicas e texturais do solo para o conhecimento da fertilidade também se torna extremamente necessário, pois são dados importantes para a aplicação de insumos necessários ao desenvolvimento das plantas a serem cultivadas no local e para a implantação das melhores práticas para controle da erosão. Podem ainda ser construídas estruturas físicas, diminuindo, assim, a perda e movimentação de sedimentos que são as principais causas do aparecimento das voçorocas. A seguir, as principais medidas de contenção aplicadas no contexto atual.

1.1 Revegetação

De acordo com Bertoni e Lombardi Neto (1990), a cobertura vegetal é a defesa natural de um terreno contra a erosão, através dos seguintes benefícios: (1) proteção direta contra o impacto das gotas de chuvas; (2) dispersão da água, interceptando-a e vaporando-a antes de atingir o solo; (3) decomposição das

raízes das plantas que, formando canalículos no solo aumentam a infiltração de água; (4) melhoramento da estrutura do solo pela adição de matéria orgânica, aumentando assim sua capacidade de retenção de água e (5) diminuição da velocidade de escoamento da enxurrada pelo aumento do atrito na superfície.

Para Guerra *et al*. (2007), após a retirada da cobertura vegetal, o solo fica exposto a diversas intempéries, como o sol, a chuva, os ventos. Isso culmina na redução de sua permeabilidade. A redução da permeabilidade aumenta a compactação do solo, desencadeando sérios problemas, como processos erosivos, principalmente do tipo laminar, que além de o degradarem também o empobrecem. Para Derisio (2000), todo esse processo pode se tornar ainda mais agressivo ao ambiente, pois o solo retirado de um determinado lugar pelo escoamento laminar irá se acumular no leito dos rios, causando assoreamentos que desestabilizarão todo o ecossistema aquático.

Assim, Farias (1992) acredita que a importância da revegetação em áreas degradadas por erosão está na captação e transformação de energia, que manterá toda a cadeia trófica, gerando sítios ecológicos associados aos fatores ambientais e melhorando também o seu impacto visual. Objetiva também atrair dispersores como pássaros, insetos e outros animais de pequeno porte que são importantes para promover a autossustentabilidade de ecossistema.

Entretanto, é necessário salientar que nem todas as espécies ou grupos de plantas são adequados para o processo. Mathias *et al* (2002) sugerem que as pastagens não se constituem

coberturas vegetacionais efetivas na conservação dos solos, fato que, aliado ao pisoteio do gado, favorece a formação de sulcos erosivos, agravando ainda mais o problema das erosões.

Para o controle do processo erosivo, é importante a presença de espécies vegetais com capacidade de estabelecimento em locais de condição adversa, já que sua existência e vigor dependem da disponibilidade de nutrientes e umidade do solo, fatores que prevalecem em níveis insuficientes nas áreas erodidas (STOCKING, 1982).

No processo de sucessão ecológica, as espécies de pequeno porte tendem a ser substituídas por outras de porte arbóreo, que tornam esses ambientes mais estáveis (SALAS, 1987). Esse processo passa por várias etapas até atingir o que se denomina clímax, fase que coincide com a estabilização da voçoroca.

Estudos realizados por Goulart *et al* (2006) comprovaram que a *Acacia mangium* e a *Inga uruguensis* são espécies que crescem rapidamente, podendo, então, ser utilizadas na estabilização de voçorocas em processo mais avançado. Ressalta-se ainda o uso de *Inga uruguensis*, porque apresentou relação positiva entre teor de umidade e crescimento.

De forma geral, muitos autores destacam a importância da plantação de gramíneas em áreas voçorocadas, pois são plantas que conseguem se adaptar a baixos teores de oxigênio e nutrientes, característicos de regiões com processos de voçorocamento acelerados.

Dorneles *et al* (2007) constataram que a espécie *Lupinus albescens* apresenta as características necessárias para a con-

tenção dos processos erosivos em solos arenizados do sudoeste gaúcho. Esta leguminosa possui alto potencial de simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio, rusticidade e adaptabilidade à baixa fertilidade e à baixa retenção de umidade de solos arenosos, acelerando o processo de regeneração.

1.2 Paliçadas (cortinas de estacas justapostas) e estruturas de cercamento da área

Segundo Bertoni e Lombardi Neto (1990), todos os sistemas de controle de voçorocas se baseiam no estabelecimento de uma vegetação protetora, entretanto, quando o estádio de erosão está bem avançado na área, é mais difícil conseguir a cobertura vegetal necessária. Dessa forma, é necessária a utilização de outras técnicas. O uso das paliçadas é uma alternativa para cercar a área problematizada.

As paliçadas são estruturas de arrimo formadas por sucessão de estacas posicionadas próximas umas das outras. Esse tipo de solução é indicado quando se pretende implantar uma contenção em terreno relativamente instável, construindo-se com segurança, a partir da superfície. Uma vez construída a cortina, escava-se de um lado sem haver perigo de deslizamento do terreno (MENEZES, 2002). Elas apresentam como funções quebrar a força da enxurrada e reter os sedimentos.

Tratando-se de uma cortina em balanço, a estabilidade depende fundamentalmente do solo onde as estacas deverão ficar encaixadas e a profundidade do trecho enterrado (Figura 1).

Figura 1 - Representação das paliçadas de bambu.
Fonte: PRÁTICAS... (2010)

As cortinas de contenção são uma alternativa de solução em termos técnicos e econômicos, pois atingem os objetivos de estabilizar as encostas de solo, oferecem resistência, apresentam custo compatível e condições de implantação viáveis para o local.

Segundo Ferreira (2003), as estacas das paliçadas com eucalipto tratado são suficientes para estabilizar as encostas com altura máxima de 3,0 metros, oferecendo resistência à movimentação do solo/rocha.

As paliçadas devem ser construídas com mourões de eucalipto de 2,20 metros de altura e 15 cm de diâmetro. Devem ser monitoradas anualmente e, em caso de deterioração das peças de eucalipto, estas deverão ser substituídas.

Cercar a área é uma forma de isolar a voçoroca, visando diminuir ou conter sua expansão de forma ainda mais acelerada. O objetivo do isolamento é manter os processos de regeneração natural das vegetações pré-existentes, além de diminuir, os riscos relacionados às ações antrópicas (corte de madeira, queimada, deposição de lixo e outros). Segundo Brandão (1985), quando a perturbação cessa ou reduz, espécies nativas são capazes de colonizar áreas descontínuas nesses ambientes, permitindo também o retorno da fauna adaptada ao gradiente vegetacional, o que contribui para a autossustentabilidade e recuperação do ambiente.

A utilização de barragens vegetais no controle de voçorocas é uma técnica que vem sendo largamente utilizada, pois não requer altos custos para manejo. No assentamento Dona Antônia, na Paraíba, pesquisadores utilizaram capim e bambu dentro da erosão para disciplinar as águas superficiais e concluíram que essa técnica, aliada à implantação de curvas de nível, conteve o avanço erosivo (LIMA, 2006).

Carvalho *et al* (2006) propuseram uma solução para a recuperação de erosões lineares, impedindo sua evolução através da instalação de barramentos transversais ao eixo longitudinal da erosão, onde se utilizam, basicamente, elementos estruturais de madeira, tela metálica e geotêxtil. É um método utilizado para controle e recuperação definitiva de erosões e consiste na diminuição da produção e barramento de sedimentos (Figura 2).

Figura 2 - Barragem de arrimo reforçada
com geotêxtil para retenção de sedimentos
Fonte: CARVALHO *et al*, 2006

1.3 Obras de dreno

Drenar é a primeira medida a ser tomada para a estabilização de uma voçoroca.

Um estudo realizado no assentamento Dona Antônia, na Paraíba, realizou práticas de caráter mecânico com a finalidade de controlar o escoamento superficial das águas e facilitar a infiltração da água. Uma das técnicas empregadas foi a marcação do terreno acompanhando as curvas de nível num tipo de sulco ou canal, que teve como finalidade interceptar as águas das enxurradas e conduzir o excesso de água pelo canal, criando uma infiltração forçada e desviando os fluxos de água da erosão (LIMA, 2006).

1.4 Retaludamento

Segundo Caputo (1998), taludes são quaisquer superfícies inclinadas que limitam um maciço de terra, de rocha ou de terra e rocha. Podem ser naturais, casos das encostas, ou artificiais, como os taludes de cortes e aterros.

Processos erosivos podem se iniciar a partir de taludes através do escoamento concentrado de água, com o qual ocorre a formação de ravinas (sulcos aprofundados) que evoluirão em voçorocas. Mesmo com o escoamento lento, mas contínuo, tais taludes têm um alto poder destrutivo, principalmente pela considerável proporção de deslizamentos de terra.

Retaludar significa fornecer uma maior consistência aos taludes, evitando, assim, consequências mais graves.

Dantas e Ferreira (2008) discutiram que terrenos suscetíveis à erosão devem ter aplicados métodos de conservação do solo que basicamente compreendem uma série de dispositivos de controle do escoamento das águas superficiais e manutenção da proteção do solo, com medidas de caráter preventivo e corretivo. Recomenda-se a implantação de estruturas de retenção e infiltração do tipo lagoas secas e terraços em nível, disciplinamento das águas superficiais através de drenos, retaludamento das paredes laterais da voçoroca, proteção superficial dos taludes resultantes através de vegetação tipo gramínea.

As erosões e voçorocas podem ser contidas controlando-se a vazão, a declividade ou a natureza do terreno. O controle da vazão é obtido com desvio ou condução da água por caminhos preferíveis em relação ao sulco erosivo. O controle do sul-

co é obtido com retaludamento ou colocação de obstáculos que diminuem a velocidade de escoamento (DANTAS; FERREIRA, 2008).

1.5 Terraceamento

Os terraços são sulcos ou valas construídos transversalmente à direção do maior declive, com a função de controlar a erosão e aumentar a penetração da água no solo. Os objetivos dos terraços são: (1) diminuir a velocidade e o volume da enxurrada; (2) diminuir as perdas de solo, sementes e adubos; (3) aumentar a infiltração de água, aumentando a umidade no solo e a recarga da água subterrânea; (4) reduzir o pico de descarga dos cursos d'água; (5) amenizar a topografia e melhorar as condições de mecanização das áreas agrícolas.

De todas as práticas mencionadas até o momento, o terraceamento é a mais cara delas; por isso, deve ser usado apenas quando não é possível controlar a erosão em níveis satisfatórios com a adoção de outras práticas mais simples de conservação do solo.

Apesar dos altos custos, o terraceamento é fundamental em locais onde é comum a ocorrência de chuvas cuja intensidade e volume superam a capacidade de infiltração da água do solo e onde outras práticas conservacionistas são insuficientes para controlar a enxurrada.

Cada terraço protege a faixa que está logo abaixo dele, ao receber as águas da faixa que está acima. O terraço pode reduzir as perdas de solo em até 70-80%, e de água em até

100%, desde que seja criteriosamente planejado (tipo, dimensionamento), executado (locado, construído) e conservado (limpo, reforçado). Embora apresente custo elevado (e que aumenta com a declividade), essa prática é necessária em muitas áreas agrícolas onde técnicas mais simples (como o plantio em nível, as culturas em faixas ou a rotação de culturas), por si só, não são suficientes para uma eficaz proteção do solo contra a erosão hídrica.

Macedo *et al* (1998) controlaram uma voçoroca em Prados, Minas Gerais, construindo paliçadas de bambu e eucalipto, bacias de contenção e represas. Ficou comprovado que essas práticas são muito eficientes quando trabalhadas em conjunto com o terraceamento e o plantio de mudas da espécie *Acacia holosericea.*

O terraceamento, quando bem planejado e bem construído, reduz as perdas de solo e água pela erosão e previne a formação de sulcos e grotas, sendo mais eficiente e menos oneroso quando usado em combinação com outras práticas.

2. Metodologia

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa propõe dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, ela classifica-se como descritiva, uma vez que expõe características de um fenômeno de extrema importância: as voçorocas.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, porque se baseia na discussão de diferentes alternativas para a contenção

e estabilização das voçorocas, pela perspectiva de variados pesquisadores.

Considerações finais

A atuação antrópica ao longo dos anos contribui efetivamente para que uma área apresente maior ou menor degradação ambiental. Uma área mais sensível devido à suscetibilidade erosiva deve ser utilizada atendendo-se a certos cuidados, fundamentados, sobretudo, num prévio conhecimento de características intrínsecas e no planejamento de ações conservacionistas a fim de se evitarem os efeitos negativos advindos da degradação ambiental.

As estratégias de controle de erosão propostas para a recuperação de áreas com presença de voçorocas constituem-se normalmente de práticas mecânicas e vegetativas de baixo custo. Apesar do alto grau de degradação morfológica, física, química e biológica do solo presente nas voçorocas, é possível sua reincorporação ao sistema de preservação, desde que sejam adotadas práticas de recuperação, manejo e conservação do solo e da água.

Além de todos os problemas ambientais causados pelas voçorocas já discutidos nesta pesquisa, o maior problema gerado pelo seu surgimento está associado aos problemas sociais que elas podem gerar: desalojamento de pessoas que vivem em áreas de risco, deslizes de terras colocando em risco a vida dos seres vivos, entre outros.

Entretanto, melhor do que buscar as formas para se con-

ter uma voçoroca é adotar as medidas que previnam a sua formação. Prevenir o aparecimento delas diminui os custos, pois há economia na compra de nutrientes sintéticos para o solo, uma vez que o solo fértil é perdido no processo e ainda minimiza os danos ambientais e sociais.

Referências

BACELLAR, L. de A. P. *Processos de formação de voçorocas e medidas preventivas e corretivas*. Ouro Preto: UFOP, 2006.

BERTONI, J. F.; LOMBARDI NETO. *Conservação do solo*. São Paulo: Cone, 1990.

BRANDÃO, M. Plantas invasoras de pastagens no município de Cantagalo-RJ. *In: XXXVI Congresso de Botânica*. Curitiba: Sociedade de Botânica do Brasil, 1985.

CABRAL, V. *et al*. Seleção de espécies leguminosas fixadoras de nitrogênio para utilização na recuperação de áreas mineradas pela Companhia Vale do Rio Doce. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS: ÁGUA E BIODIVERSIDADE, 5, 2002, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: SOBRADE, 2002. p. 463-465

CAPUTO, H. P. *Mecânica dos solos e suas aplicações*: fundamentos. 6. ed., vol. 1. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

CARDOSO, R. S. B.; PIRES, L. V. *Voçorocas*: processos de formação, prevenção e medidas corretivas. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/ simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo7/024.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

CARVALHO, J. C. C. de *et al. Processos erosivos no centro oeste brasileiro*. Brasília: FINATEC, 2006.

DANTAS, C. S.; FERREIRA, O. M. *Erosões rurais origem e processo de evolução*: estudo do caso da fazenda São Sebastião no

município de São Luis dos Montes Belo-GO. Artigo apresentado à Universidade Católica de Goiás como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Engenharia Ambiental. 2008.
DORNELES, F. O. *et al*. Produção de fitomassa e acúmulo de nutrientes de Lupinus albescens em solos arenosos da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 31, 2007. Gramado: Anais..., 2007. 1 CD-ROM.
DERISIO, J. C. *Introdução ao controle de poluição ambiental*. 2. ed. São Paulo: Signus, 2000.
EMBRAPA. SOLOS. *Relatório técnico e plano de monitoramento do projeto de recuperação de áreas degradadas*. Rio de Janeiro, 2002.
FARIAS, C. A. *Dinâmica da revegetação natural de voçorocas na região de Cachoeira do Campo* – MG (dissertação de Mestrado) Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1992. 63 p.
FERREIRA, V. M. *et al*. Avaliação da estabilização de uma voçoroca por práticas vegetativas no município de Nazareno (MG). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 29, 2003, Ribeirão Preto: *Anais*...; Ribeirão Preto: SBCS, 2003. CD-ROM.
GOULART, R. M. *et al*. Caracterização de sítios e comportamento de espécies florestais em processo de estabilização de Voçorocas. *Cerne*, v.12, n. 1, p. 68-79. Lavras, 2006.
GUERRA, A. T. O início dos processos erosivos. *In*: GUERRA, J. T. *et al*. *Erosão e conservação dos solos*: conceitos, temas e aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 17-50
LIMA, V. R. P. *et al*. Estabilização de voçoroca: subproduto ambiental do diagnóstico dos recursos hídricos, o caso do assentamento Dona Antônia - Conde - PB. *In: Seminário Luso Brasileiro Caboverdiano*, III Encontro Paraibano de Geografia, III Semana de Geografia da UFPB. João Pessoa, 2006.
LOPES, S. L; GUERRA, A. J. T. Monitoramento de voçorocas por

satélites GPS em áreas de areia quartzosa podzolizada: Praia Mole, Florianópolis-SC. *In. VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão*, Goiânia-GO, 2001, v. 1, n. 1, p. 106.

MACEDO, J. R. *et al*. Revegetação da área de contribuição e estabilização de voçorocas através de práticas mecânicas e vegetativas. *In: Pesq.and.CNPS*, n. 9, dezembro, São Paulo, 1998. p. 1-6.

MATHIAS, D. T. *et al*. Avaliação de técnicas de monitoramento de processos erosivos acelerados em área peri-urbana: São Menezes, S.M. *Geotecnia aplicada a projetos*: estruturas de contenção em taludes. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.

MENEZES, S. M. *Geotecnia aplicada a projetos*: estruturas de contenção em taludes. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.

PEREIRA, H. *et al*. *Processos de formação de voçorocas e medidas preventivas e corretivas*. Campina Grande, sem data. 21slides.

PRÁTICAS de conservação. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/praticas_de_conservacao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

RESENDE, M. *et al. Pedologia*: base para distinção de ambientes. Viçosa: NEPUT, 1995.

SALAS, G. de Las. *Suelos y ecosistemas forestales*: com enfases en América Tropical. San José, Costa Rica: IICA, 1987.

SEITZ, R. A. A regeneração natural na recuperação de áreas degradadas. *In: II Simpósio Nacional de Áreas Degradadas*. Curitiba, 1994.

STOCKING, J. *Modelling soil losses*: suggestions for a Brazilian approach. Brasília: Ministério da agricultura. Mission Report, UNDP Project, 1982.

Methods of Containment and Stabilization of Advanced Erosion Processes and Gullies in Brazil

Abstract: Gully is the evolution of an intense process of erosion caused by running water on badly protected areas where there is the accumulation of a very large amount of water at a high speed. Due to damages caused by loss of agricultural lands, reduction of crop production and the sharp increase of river sediments, erosion areas have received great attention. Many techniques are being developed in order to reduce this problem. Based on bibliographical research, these techniques are subject of debate.

Keywords: Gullies – Stabilization – Containment

A Intervenção da OTAN no Afeganistão

Marli Barros Dias – Universidade de Évora – Portugal
Mestre em Sociologia – Universidade de Évora – Portugal
E-mail: sofiahper@hotmail.com
Fone: (351) 271.214.127

Data de recepção: 30/07/2012
Data de aprovação: 25/09/2012

Resumo: O presente artigo tem por objectivo analisar a intervenção da OTAN no Afeganistão e, através de pesquisas variadas, verificar até que ponto ela tem contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico da população afegã. Também se propõe analisar os obstáculos encontrados pelos militares da OTAN em relação a questões internas ligadas à cultura e à sociedade e, sobretudo, em relação aos talibans. A linha de estudo prossegue centrada em investigar a OTAN a partir da sua origem e das transformações pelas quais passou ao longo da sua história, bem como a reformulação dos seus conceitos estratégicos e sua intervenção no Afeganistão no combate ao terrorismo, cujos resultados são discutíveis e pouco satisfatórios.

Palavras-chave: Afeganistão – OTAN – Intervenção militar – Taliban – Terroristas

Introdução

A intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Afeganistão é consequência dos atentados terroristas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, e faz parte dos seus conceitos estratégicos do pós-mundo bipolar.

Para compreendermos a OTAN do século XXI e a sua primeira grande intervenção fora de área, que é a do Afeganistão, torna-se necessária uma análise dos seus objetivos passados e presentes. Lembremos que foi perante as mudanças no cenário internacional que a Aliança se alterou e alargou as suas parcerias e modos de atuação.

> Nos sessenta anos da sua existência, a Aliança tem procurado adaptar-se aos sucessivos ambientes estratégicos que se vivem no globo, ditados por novos arranjos geopolíticos, novos riscos e ameaças e novas percepções sobre defesa que, progressivamente, vão sendo substituídos por conceitos mais abrangentes de segurança. Concebida como uma aliança político-militar para defesa colectiva de uma sociedade fundamentada num sistema de valores e num estilo de vida que ao tempo estavam confinados a um espaço próprio, as suas adaptações seguiram, cronologicamente e até ao seu desaparecimento, as alterações que se verificaram na ameaça a que fazia face: a URSS, nas suas intenções e capacidades (SANTO, 2010, p. 2).

Foi no contexto de mudanças e novas ameaças mundiais que a OTAN interveio no Afeganistão. A intervenção no Afeganistão, num primeiro momento, foi encabeçada pelos EUA, com o apoio de dezenove membros da OTAN e de vinte e sete parcei-

ros, os quais condenaram, incondicionalmente, os ataques terroristas aos EUA e comprometeram-se no esforço ao combate ao terrorismo; esse compromisso foi formalmente aprovado através de um Plano de Ação da Parceira Contra o Terrorismo.

> Os objetivos e estratégias da Operação Liberdade Duradoura foram submetidas a várias revisões durante o curso da guerra – na verdade, durante as primeiras três semanas. Esta turbulência refletiu a dificuldade de encontrar uma estratégia que poderia conciliar os objetivos imediatos de guerra da administração possuindo um conjunto de amplas considerações estratégicas e de longo prazo – como a estabilidade no Afeganistão e na região ao seu redor. Durante a terceira semana da guerra tornou-se claro que não houve tal estratégia disponível, e isso representava uma escolha: ou os Estados Unidos teriam de aceitar a perspectiva de uma guerra mais longa ou anular algumas das suas preocupações mais amplas de estabilidade. Tendo em conta os potenciais riscos políticos associados a qualquer cenário de guerra-longa, esta foi uma escolha fácil de fazer: as preocupações mais amplas foram postas de lado (CONETTA, 2002, p. 10)[1].

1 – The goals and strategy of operation Enduring Freedom underwent several revisions during the course of the war – actually, during its first three weeks. This turbulence reflected the difficulty of finding a strategy that could reconcile the Administration's immediate war aims with a set of broader, longer term strategic considerations – such as stability in Afghanistan and in the region surrounding it. During the war's third week it became clear that there was no such strategy available, and this posed a choice: either the United State would have to accept the prospect of a longer war or set aside some of its broader stability concerns. Given the potential political risks associated with any long-war scenario, this was an easy choice to make: the broader concerns were set aside (CONETTA, 2002, p. 10).

A intervenção efetiva da OTAN no Afeganistão, só aconteceu em agosto de 2003, quando a Aliança assumiu o comando da International Security Assistance Force (ISAF). Desde esse momento, a OTAN passou a ter a responsabilidade de reconstruir o Afeganistão, com a finalidade de reestruturar o Estado a partir de estruturas democráticas e capazes de pacificar o país e permitir melhor desenvolvimento econômico e social para a população local. No entanto, o processo de reconstrução não tem sido fácil, uma vez que enfrenta a insurgência taliban.

1. As fases de intervenção da OTAN no Afeganistão e a inovação da Aliança ante o novo milênio

Ao longo da História, o Afeganistão tem sofrido com as várias migrações no seu território e as suas fronteiras fazem parte de longas disputas. A mais recente intervenção nesse país ocorreu em 2001, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA). Posteriormente, o comando das operações passou para a responsabilidade da OTAN, sob mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), e persiste até hoje.

Em 2001, na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro, os EUA iniciaram uma operação militar no Afeganistão. O objetivo era a captura de integrantes da Al-Qaeda, mais propriamente do seu líder, Osama bin Laden. A intenção norte-americana era destruir a base terrorista da Al-Qaeda que se encontrava no Afeganistão e que estava sob o apoio e a proteção do então Governo *taliban*.

Sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2001, os EUA iniciaram a "guerra contra o terrorismo". Nessa perspectiva de guerra contra o terror e, segundo as determinações do Governo de George W. Bush, não se fazia a distinção entre terrorismo e *taliban*.

A derrocada do Governo *taliban* frente às Forças Armadas norte-americanas, em dezembro de 2001, não significou na verdade uma vitória definitiva, pois essa ainda não foi, de fato, consolidada, uma vez que as forças talibans ainda continuam ativas. Os objetivos iniciais da guerra cumpriram-se parcialmente e, hoje, a OTAN enfrenta não só a oposição dos talibans, mas também as próprias dificuldades em campo, que se mostram em nível geográfico e cultural, uma vez que os intervenientes não dominam, na verdade, o território e a cultura afegãos.

Iniciou-se uma nova fase da intervenção no Afeganistão a partir da presença efetiva da OTAN no território. Essa presença deve ser descrita em duas fases, ou seja: num primeiro momento, a OTAN participou num sentido mais de inteligência através do fornecimento de informações e de dados aos EUA, e somente numa segunda fase é que ela marcou de fato a sua presença.

A intervenção da OTAN no Afeganistão foi a primeira grande intervenção da Aliança fora da sua área de atuação. Essa também foi a primeira vez em que a Aliança invocou o artigo 5º, isto é: um ataque contra um Estado-membro da Aliança será considerado um ataque contra todos os outros Estados-membros.

Na sequência dos acontecimentos, em dezembro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a

criação da International Security Assistance Force (ISAF), cuja função não é a manutenção da paz, mas a criação de condições para a reconstrução do Estado.

Em agosto de 2003, a OTAN assumiu a coordenação estratégica da ISAF e o compromisso de reconstruir o Afeganistão, na medida em que um Estado destruído torna-se inviável quanto à estabilidade, à segurança e à paz: um exemplo do que acabamos de apontar é o Iraque dos nossos dias.

É importante salientar que a intervenção da OTAN no Afeganistão está ligada às alterações realizadas no seu interior perante as mudanças no cenário internacional, nomeadamente com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os atentados terroristas de 11 de setembro.

Com o fim da ameaça soviética e do mundo bipolar, a OTAN passou a ter novas perspectivas, pois os objetivos iniciais já não justificavam a necessidade de a Aliança continuar a existir. Tornou-se necessário rever o seu próprio e conceito estratégico, mas isso não implica dizer que a OTAN deixou de ser uma Aliança Militar.

> No pós-Guerra Fria, a Aliança transformou-se profundamente. A sua estratégia deixou de estar exclusivamente concentrada na garantia das funções cruciais, que perderam saliência, como a garantia do equilíbrio estratégico na Europa, da independência política das democracias aliadas e do 'vínculo Transatlântico', e passou a incluir a intervenção militar dos aliados em crises 'fora-da-área' do Tratado de Washington e do próprio 'espaço euro-atlântico' (GASPAR, 2010, p. 15-16).

Em 1991, a OTAN reformulou o seu Conceito Estratégico, o qual já "desenhou" uma nova "cara" no que respeita ao diálogo e cooperação com outros parceiros e, em 1997, na Cimeira de Bruxelas, foi instituída a parceria para a paz (*Patnership for Peace*). Ocorreu uma evolução do relacionamento, o que tornou necessário o avanço para além do diálogo e obrigou a providenciar-se, para cada parceiro, um plano individual de cooperação. Os objetivos da OTAN deixaram de estar unicamente centrados em interesses militares.

No Plano de Ação está incluído o combate ao terrorismo bem como a partilha de conhecimentos e experiências no combate ao mesmo. Há uma revisão em termos de perspectivas, e novas necessidades são apresentadas no contexto de um mundo global, no qual as ameaças são novas, mais complexas e globais. Os conflitos já não são marcados por Forças Armadas contra Forças Armadas, mas por grupos não estatais e por radicais e capazes de transcenderem as fronteiras físicas.

No novo milênio, a OTAN pode ser descrita do seguinte modo:

> O Conceito Estratégico aprovado na Cimeira de Washington de abril de 1999 (que é aquele que actualmente vigora) dedica-se seis dos seus 65 parágrafos ao tema *Partnership, Cooperation and Dialogue*. […] a Aliança é uma força positiva para a promoção da segurança e da estabilidade através da zona euro-atlântica e que pretende, através dos seus contactos e abertura, preservar a paz, apoiar a democracia, contribuir para a prosperidade e progresso e gerar parcerias autênticas com e entre todos os países democráticos naquela zona (PEREIRA, 2010, p. 139).

É importante considerarmos que, em termos das parcerias, os parceiros não têm uma visão homogênea em relação às ameaças em nível global. Isso pode ser verificado de acordo com o esquema elaborado pelo general Gabriel Augusto do Espírito Santo:

"Áreas de risco comparadas por percepção"

Área de Risco	Estados Unidos	Reino Unido	Europa Ocidental	Europa de Leste
Afeganistão	5	5	4	2
Paquistão	5	5	3	1
Míssil Nuclear, Irã	5	5	5	4
Al-Qaeda	5	5	4	4
Dissuadir a China nos estreitos	5	3	2	1
Estados Falhados	3	3	4	3
Dissuasão face à Rússia	3	4	3	5
Segurança no Médio Oriente	4	4	4	4
Proliferação de Armas de Destruição Massiva (WMD)	4	4	4	4
Ciberataques	3	3	3	3

Fonte: Gal. SANTO (2010).

De entre as maiores ameaças, em termos gerais, encontram-se o Afeganistão / *Al-Qaeda*, fatos que são mais evidentes na percepção dos EUA, do Reino Unido e da Europa Ocidental. Isto justifica-se pelo fato de que nestes países e regiões estão presentes os maiores centros financeiros e de poder em nível mundial, os quais são os principais alvos dos terroristas. Prova

disso foi o atentando em 11 de setembro de 2001. Segundo Jean Baudrillard,

> As *Twin Towers* foram destruídas ou ruíram?
> Explico-me: as duas torres são simultaneamente um objecto físico, arquitectural e um objecto simbólico (simbólico do poder financeiro e do liberalismo mundial). O objecto arquitectural foi destruído, mas era o objecto simbólico que estava na mira e que se queria aniquilar. Poderíamos pensar que foi a destruição física que implicou o desabamento simbólico. Mas, na verdade, ninguém antecipou – nem mesmo os terroristas – a destruição total das torres. Foi pois, efectivamente, o seu desabamento simbólico que implicou o seu desabamento físico e não o contrário (BAUDRILLARD, 2007, p. 15).

Este é o contexto da nova realidade mundial, ou seja, estamos ante novos tipos de ameaças, novos alvos, incluindo alvos civis. O atual Conceito Estratégico da OTAN, aprovado em 2010, na Cimeira de Lisboa, contempla as necessidades mais urgentes deste milênio. As alterações no campo da defesa e da segurança aconteceram em virtude das mudanças ocorridas em nível global. São privilegiadas novas estruturas não só de defesa e de segurança, mas também de intervenção e de desenvolvimento através da manutenção da paz.

A OTAN coloca, para si e para os seus parceiros, a responsabilidade de inibir a proliferação de armas nucleares, bacteriológicas e químicas, o tráfico de armas e de pessoas, o combate ao terrorismo e ao narcotráfico que ameacem a segurança da

Aliança, mesmo que esses conflitos estejam fora das suas fronteiras. A Aliança não é somente defensiva, mas também possui um cariz interventivo. Alargou a sua área de influência e, até mesmo, passou a absorver questões humanitárias, que até então estavam sob a responsabilidade da ONU. Ao assumir a coordenação da ISAF, a OTAN assumiu, também, um compromisso de certo modo "humanitário" no Afeganistão.

2. A reconstrução do Afeganistão pela OTAN

O fato de a reconstrução do Afeganistão ser feita de fora para dentro suscita dúvidas, pois está a ser realizada de acordo com a visão ocidental e fere o Direito Internacional, uma vez que violou o direito de soberania. Perante o Direito Internacional, todo Estado tem o direito de se autodeterminar e de conduzir o seu povo sem interferências externas.

A própria Carta das Nações Unidas proíbe a intervenção estrangeira em questões internas dos Estados. O capítulo I, artigo 2.º da Carta das Nações Unidas, os itens 3 e 4 dizem o seguinte:

> Item 3 – Os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas;
> Item 4 – Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Apesar das contradições existentes na intervenção da OTAN no Afeganistão, têm ocorrido alguns avanços significativos no trabalho da Aliança, principalmente no que se refere à reconstrução de escolas, hospitais, construção de poços, treino da Polícia afegã, com a finalidade de melhorar a capacidade do Exército Nacional Afegão, combate aos grupos terroristas, entre outros. De acordo com a revista *Foreign Affairs*:

> Entre 2001 e 2009, quase todos os indicadores de desenvolvimento humano apresentaram melhora mensurável. Ao final de 2008, 80 por cento da população tinha acesso aos serviços básicos de saúde, acima dos oito por cento da população em 2001. Também em 2008, as crianças afegãs foram sendo imunizadas contra difteria, tétano, tosse convulsa e DPT, na mesma taxa que as crianças no resto do mundo e em uma taxa mais elevada do que no resto do sul da Ásia. A taxa de mortalidade infantil caiu em um terço, e a expectativa de vida avançou para cima. Após a queda do Taliban, as matrículas escolares dispararam de 1,1 milhões de estudantes em 2001 para 5,7 milhões de estudantes em 2008 - um terço dos quais eram meninas - prometendo duplicar ou triplicar a taxa de alfabetização no Afeganistão em uma década (MILLER, 2011, p. 57)[2].

2 – Between 2001 and 2009, almost every indicator of human development showed measurable improvement. By late 2008, 80 percent of the population had access to basic health services, up from eight percent the population in 2001. Also by 2008, Afghan children were being immunized against diphtheria, pertussis, and tetanus (DPT) at the same rate as children in the rest of the world and at a higher rate than in the rest of South Asia. The infant mortality rate fell by a third, and life expectancy inched upward. After the fall of theTaliban, school enrollment skyrocketed from 1.1 million students in 2001 to 5.7 million students in 2008 – a third of whom were girls – promising to double or triple Afghanistan's literacy rate in a decade (MILLER, 2011, p. 57).

É importante ressaltar que muitas dessas ações de reconstrução, várias vezes são interrompidas para combater os ataques *talibans*, que continuam ativos e, consequentemente, atrapalham o processo de reconstrução, o que nos leva a crer que a OTAN está sendo eficaz em alguns aspectos, no Norte do país, mas não no combate aos radicais que dominam o Sul do Afeganistão. Portanto, os avanços alcançados pela OTAN, em nível econômico e social, não se referem à totalidade do território afegão, mas em parte.

É necessário não deixarmos passar despercebido o fato de que o Afeganistão, além de ser um "Estado falhado", tem fronteiras fictícias, principalmente com o Paquistão, onde historicamente as montanhas que separam os dois países não estão sob a jurisdição de nenhum Governo oficial, mas de relações tribais. Isso permite que os terroristas tenham muita facilidade de circulação e de proteção de seus "irmãos" de religião ou de tribos. Há, também, as facilidades para o narcotráfico. "A combinação de fronteiras permeáveis e instituições frágeis torna os Estados fracos particularmente vulneráveis" (PINTO, 2007, p. 14).

Além das adversidades acima mencionadas, os militares da OTAN esbarram na dificuldade de comunicação com a sociedade afegã, que é formada a partir de várias etnias que falam vários idiomas. O único elemento cultural que unifica aquele povo é a religião islâmica, visto que 84% da população são muçulmanas. É um país essencialmente pobre e, segundo os dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 2010, esse país, em relação ao IDH, ocupa o 155º lugar (PNUD, 2010).

Os dados do PNUD contrastam com o artigo apresentado pela revista *Foreign Affairs*, que descreve um importante desenvolvimento econômico do Afeganistão a partir da intervenção da OTAN através da ISAF.

> O resultado foi um sucesso dramático e não anunciado anteriormente. Em parte por causa do auxílio internacional dos EUA, o Afeganistão experimentou um boom econômico pós-talibã. O PIB real cresceu quase 29 por cento só em 2002 - mais rápido do que a Alemanha Ocidental em 1946 - e uma média de 15 por cento de crescimento anual lícita 2001-2006, fazendo com que o Afeganistão seja uma das economias que mais crescem no mundo (era peitoril da média de 13,5 por cento através de 2009, depois de uma seca em 2008). O ritmo do seu crescimento foi devido, em parte, à baixa base de onde tinha começado, mas o ritmo acelerado em si foi uma importante conquista. O Afeganistão não tinha crescido significativamente em mais de duas décadas, o boom econômico sinalizou uma nova era na vida afegã (MILLER, 2011, p. 56-57)[3].

Esse rápido crescimento econômico tem que ser entendido a partir da situação caótica do país, quando a ISAF, sob a

3 – The result was an unheralded and dramatic success. Partly because of U.S. and international aid, Afghanistan experienced a post-Taliban economic boom. Real GDP grew by nearly 29 percent in 2002 alone - faster than West Germany in 1946 - and averaged 15 percent annual licit growth from 2001 to 2006, making Afghanistan one of the fastest-growing economies in the world (it was sill averaging 13.5 percent through 2009, after a drought in 2008). The pace of its growth was due in part to the low base from which it had started, but the rapid pace itself was an important achievement. Afghanistan had not grown significantly in more than two decades; the economic boom signaled a new era in Afghan life (MILLER, 2011, p. 56-57).

coordenação da OTAN, iniciou o trabalho de reconstrução. O Afeganistão encontrava-se em "destroços" e desprovido de estruturas básicas e das mínimas condições de desenvolvimento quer econômicas ou sociais, e por esse motivo os avanços alcançados representam um nível elevado uma vez que eram inexistentes mesmo as estruturas básicas desse Estado.

Independentemente de ter ocorrido esse saldo econômico e social positivo, o Afeganistão e a sua população continuam pobres. Essa situação de pobreza está ligada à violência quase permanente e à corrupção, as quais inibem o desenvolvimento econômico e social. O governo de Hamid Karzai, por exemplo, "colocado" no poder pelos EUA, também está envolto na corrupção e foi reeleito através de eleições fraudulentas.

Perante os entraves à intervenção da OTAN e aos altos custos que essa intervenção tem acarretado, principalmente para os EUA, surgiu, então, a proposta do "Plano B", que consiste em dividir o Afeganistão em dois. O Norte, onde a OTAN atua, seria pacificado, mas o Sul ficaria sob o domínio dos talibans (BLACWILL, 2011).

Esse plano excluiria as temíveis áreas das montanhas. Essa estratégia visa a reduzir os altos custos que tem causado aos EUA, e uma medida estratégica deste país era se retirar do Afeganistão e evitar a sua permanência por tempo indeterminado, embora a retirada de tropas do Afeganistão já esteja prevista. Na verdade, somente o êxito dessa campanha no Afeganistão permitirá a saída dos EUA e da OTAN daquele país.

Uma retirada rápida do território do Afeganistão, de acordo com o ponto de vista norte-americano, levaria os talibans a tomarem o poder e provocaria uma guerra civil. A negociação da OTAN

com os talibans, visando à estabilidade do país, seria uma hipótese, mas isso não é fácil e eles não têm demonstrado interesse em torno da reconciliação. Entre todas essas questões há, também, por parte dos EUA, os elevados custos para pouco retorno.

> Uma alternativa, por exemplo, seria a de manter o curso de contra-insurgência no Afeganistão, não importa quanto tempo leva, e talvez até expandir o compromisso existente. Este curso não faria sentido porque os interesses dos EUA no Afeganistão não são altos o suficiente para justificar tal investimento. Os Estados Unidos agora implantam cerca de 100.000 tropas sobre o Afeganistão, ainda de acordo com a CIA, existindo hoje entre 50 e 100 combatentes da al Qaeda lá. Que entre 1.000 e 2.000 soldados e talvez um bilhão de dólares por cada ano-terrorista muito além de qualquer despesa razoável de recursos EUA dadas as apostas envolvidas. O objetivo militar original dos EUA no Afeganistão era destruir a al Qaeda, não para combater o Taliban no Afegão, e esse objetivo foi amplamente alcançado (BLACKWILL, 2011, p. 46)[4].

4 - One alternative, for example, would be to stay the counterinsurgency course in Afghanistan no matter how long it takes, and perhaps even expand the existing commitment. This course would not make sense because U.S. interest in Afghanistan are not high enough to justify such an investment. The United States now deploys about 100,000 troops in Afghanistan, yet according to the CIA, there are now only 50 to 100 al Qaeda fighters there. That in between 1,000 and 2,000 soldiers and perhaps a billion dollars per terrorist each year - far beyond any reasonable expenditure of U.S. resources given the stakes involved. The original U.S. military objective in Afghanistan was to destroy al Qaeda, not to fight the Afghan Taliban, and that goal has largely been accomplished. Original U.S. military objective in Afghanistan was to destroy al Qaeda, not to fight the Afghan Taliban, and that goal has largely been accomplished (BLACKWILL, 2011, p. 46).

Além das hipóteses levantadas, há a preocupação norte-americana para com pontos fundamentais como, por exemplo, a necessidade de não permitir a volta dos talibans a Cabul, a continuidade da Al-Qaeda na fronteira com o Paquistão, o que obriga a existência de uma base antiterrorista no Afeganistão e, também, o fato de que a região poderá permitir aos terroristas o acesso às armas nucleares.

Todas essas dificuldades levam os EUA a repensar as suas possibilidades e custos no Afeganistão e, ao que parece, não acreditam numa vitória nessa intervenção. É uma situação complexa, pois também contam com a desaprovação por parte de muitos e enfrentam, juntamente com a OTAN, a oposição da etnia Pastun, que é contra a ocupação ocidental agravada pela debilidade e corrupção do Governo afegão, o que compromete ainda mais a obtenção do êxito nessa intervenção.

A debilidade do Governo afegão é um fato. Embora os EUA, juntamente com a OTAN, tenham tentado erigir um Governo centralizado no Afeganistão, na verdade, isso ainda não aconteceu. Originariamente, o Afeganistão tem a sua política descentralizada e tribal, na qual a presença de tribos é muito forte e, em muitas situações, determinante, com as suas estruturas, valores, costumes e história.

3. As implicações por detrás do "plano B" e a divisão do Afeganistão

Na verdade, a proposta como a do "Plano B" nada mais é do que uma tentativa de desonerar o Estado norte-americano e de fazer uma retirada menos humilhante. Porém, ao analisarmos o "Plano B", verificamos que este viola claramente o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas.

Talvez, nesse momento, a grande questão não seja, pelo menos para a OTAN, a divisão do Afeganistão. O seu grande desafio é a consolidação das conquistas realizadas em termos econômicos e sociais, mesmo que elas se tenham verificado apenas em parte do país. Essa é a parte que vai exigir um grande empenho por parte da Aliança, pois terá que enfrentar as forças opostas que estão presentes no território, e não são somente os talibans, mas também as diferentes etnias.

A consolidação dos esforços alcançados passa, inevitavelmente, pela necessidade de um Afeganistão unido e forte enquanto Estado e capaz de desarticular os talibans e demais grupos radicais que são, na verdade, um contrapoder à espreita de um vazio de poder para se instalarem. Para que tal aconteça, necessitam apenas de uma lacuna deixada pelo poder legítimo.

Nesse contexto, os valores democráticos poderão enfrentar grandes obstáculos à medida que avançarem e puserem em causa alguns princípios, valores tradicionais e religiosos intrínsecos à população. Nesse momento, pode ocorrer uma viragem para o lado que mantém intactos os valores partilhados por toda

a sociedade ou, pelo menos, pela sua maioria. Entre os muçulmanos há diferenças, mas estas perdem-se frente à fé que os unifica, cujo denominador comum é a rejeição aos valores ocidentais. A intervenção no Afeganistão pode ser a grande aventura da OTAN, marcada por grandes custos humanos e financeiros e, ainda, juntamente com os EUA, há o risco de ficarem desmoralizados – à semelhança da derrota humilhante sofrida pela URSS frente aos mujehadins, na guerra de 1979-1988.

A grande justificativa da intervenção da OTAN no Afeganistão, a "caça" ao terrorista Osama bin Laden, já não existe mais. Ele está morto, mas nada se alterou naquele país. Desde a morte de Osama bin Landen, verifica-se que os embates continuam numa clara demonstração de que o terrorismo, hoje, seja no Afeganistão ou no mundo, não está na dependência de um único líder.

Ante os constantes embates com os talibans, cabe a seguinte questão: Hoje, contra quem a OTAN está a lutar? Contra a Al Qaeda? Ou somente contra os talibans? O que tudo indica é que a OTAN tem travado batalhas diretas com os talibans, mas para quê? As respostas podem ser de acordo com várias hipóteses e podem ser satisfatórias ou não, dependendo do ponto de vista de cada um.

Os acontecimentos que têm ocorrido no Afeganistão demonstram, por vezes, que a presença da OTAN naquele país não é solução para o bem-estar da população local, que se vê entre um poder militar ocidental e o desejo de poder e de dominação talibans.

É incontestável o fato de que os talibans querem o poder. Segundo Ali Kamel,

> nas sociedades muçulmanas hoje, a tomada de poder é o coração do programa fundamentalista. Eles sabem que fundamentalista sem poder político é um leão sem dentes: não apedreja, não fere, não mata, não obriga a usar o véu; apenas prega a sua visão estreita do mundo (KAMEL, 2007, p. 162).

O grande desafio da OTAN vai ser, até 2014, ano em que está prevista a sua retirada, vencer os vários desafios que tem a sua frente. Até lá, a Aliança deve cumprir com todos os seus objetivos e, mais do que isso, consolidá-los. Sem a consolidação da reconstrução do país, a OTAN não poderá reclamar a vitória, e o Afeganistão continuará a ser uma porta aberta ao terrorismo, ao comércio de drogas e o contato praticamente direto com o Paquistão, que é uma potência nuclear, que poderá colocar o mundo em risco. Do nosso ponto de vista, a derrota taliban não se constrói de fora para dentro, mas ao contrário. Somente a rejeição total da população afegã poderá derrotar os talibans; caso contrário, a derrota será da OTAN e dos seus parceiros.

Considerações finais

Após quase onze anos de intervenção da OTAN no Afeganistão, cumpriram-se parcialmente os objectivos, mas não é possível dizer que a guerra está ganha ou perdida: o que há é a indeterminação e um elevado custo humano e financeiro, principalmente para os EUA, que gastam dois bilhões de dólares por

semana. De acordo com Joseph Stiglitz, a análise custos/benefícios dessa guerra não tem um resultado positivo. O impacto dessa guerra, em termos econômicos, para os EUA, tem servido para diminuir o seu crescimento econômico (STIGLITZ, 2011).

A guerra dos EUA contra a Al-Qaeda, em 2001, derivou na necessidade de intervenção direta no Afeganistão, tendo culminado na queda do Governo taliban e na reformulação estratégica para, a longo prazo, promover a reconstrução deste país, considerado um "Estado falhado", cuja falta de estruturas sólidas beneficia os terroristas. Ora, são precisamente essas estruturas básicas que a OTAN está tentando construir e, em alguns casos, reconstruir.

A população alcançou algumas melhorias em nível do desenvolvimento econômico e social, desde a intervenção da OTAN, mas isso não pressupõe que deixou de ser uma população muito pobre. Graves problemas econômicos e sociais ainda persistem.

No processo de reconstrução do Afeganistão os avanços econômicos e sociais alcançados pela população afegã através da OTAN não têm sido fáceis. A Aliança enfrenta sérias dificuldades para desenvolver o seu trabalho, pois, além da oposição taliban, existem as dificuldades em relação à cultura, costumes e valores afegãos.

A reconstrução, que está sob responsabilidade da OTAN, não parece ter levado em conta o "mosaico" étnico que existe naquele país. Se, ao princípio, tivesse sido formado um Governo de coligação entre as diferentes tribos, talvez o avanço do trabalho realizado pela OTAN e a sua consolidação tivessem um futuro

mais promissor e avanços econômicos e sociais mais significativos.

O trabalho realizado pela OTAN, no Afeganistão, além de custos humanos oriundos da guerra e, também, os altos custos financeiros, permitem-nos dizer que a Aliança assumiu uma aventura. As dificuldades enfrentadas pela Aliança são de diversa natureza.

> Efectivamente, a questão da contribuição de recursos constitui, ainda hoje, uma fonte de discórdia dentro da organização. De facto, o reduzido contingente de tropas destacadas no Afeganistão é apontado como um dos principais motivos para a pouca eficácia da ISAF. Isto porque o menor número de forças para combate e reconstrução implica níveis mais baixos de segurança, menor crescimento económico e, também – não menos importante – menor confiança na missão em si (PINTO, 2008, p. 20-21).

Hoje, o efetivo militar da OTAN não é pequeno, mas não é o suficiente para fazer com que os *talibans* se sintam intimidados ou, muito menos, derrotados. O que de fato tem aumentado são os ataques violentos. Em 2009, o número de militares mortos no Afeganistão chegou a um total de 521, e, no ano de 2010, essa cifra totalizou 692 mortos.

> Os Estados Unidos e seus aliados não estão no curso para derrotar o exército Taliban. Existem hoje cerca de 150.000 soldados dos EUA – liderados pela Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) no Afeganistão. Este é mais 30.000 soldados do que a União

> Soviética implantou na década de 1980, mas menos da metade do número necessário para ter alguma chance de pacificar o país, segundo a norma da doutrina da contra-insurgência (BLACKWILL, 2011, p. 42)[5].

O Afeganistão não foi pacificado, e a sua reconstrução por parte da OTAN está acontecendo em parte e não no todo. A Aliança quer, para esse país, um Governo centralizado num mundo tribal e a aplicação da democracia ocidental numa sociedade formada por um "caldo" cultural onde a maioria absoluta da população é muçulmana. Isso, mais do que incerto, é improvável.

Referências

BLACKWILL, D. Robert. *Plan B in Afghanistan*: Why a De Facto Partition Is the Least Bad Option. *Foreign Affairs*, vol. 90, 1, p. 42-50, 2011.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS [*online*]. 1945 [acesso em 04-04-2011]. Disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE//pm/Tratados/carta-onu.htm>.

CONETTA, Carl. *Strange Victory*: A Critical Appraisal of Operation Enduring Freedom and the Afghanistan War. Massachusetts: Commonwealth Foundation Cambridge, 2002.

CORDESMAN, H. Antony. *The Lessons of Afghanistan*: Warfighting, Inteligence, Force Transformation, Counterproliferation, and Arms Control. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2002.

5 – The United States and its allies are not on course to defeating the Taliban military. There are now about 150,000 U.S. - led International Security Assistance Force (ISAF) troops in Afghanistan. This is 30,000 more troops than the Soviet Union deployed in the 1980s, but less than half the number required to have some chance of pacifying the country, according to standard counterinsurgency doctrine (BLACKWILL, 2011, p. 42).

ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *O Novo Conceito Estratégico da NATO*: Que opções? [online]. 2010 [acesso] em 18-03-2011]. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/print.php?id=544>.

GASPAR, Carlos. O Conceito Estratégico da Aliança Atlântica. *Cidadania e Defesa*, 126, p. 11-36, 2010.

KAMEL, Ali. *Sobre o Islã*: A Afinidade entre Muçulmanos, Judeus e Cristãos e as Origens do Terrorismo, 7 reimp., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LADEN, bin Najwa *et al. A Minha Vida Com Osama Bin Laden*. Trad. Mário Dias Correia, Alfragide: Asa II, 2010.

MILLER, Paul D. "Finish the Job: How the War in Afghanistan Can Be Won". *Foreign Affairs*, vol. 90, 1, p. 51-65, 2011.

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean. *A Violência do Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget, Trad. Ana Paula de Viveiros, 2007.

NATO/OTAN – "A Transformação da OTAN". [*online*]. s.d. [acesso em 09-03-2011]. Disponível em <http://www.nato.int/docu/nato-trans/nato-trans-por.pdf>.

NATO/OTAN –"Strategic Concept For the Defense and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Adopted by Heads of States and Government in Lisbon" [*online*].2010 [acesso em 18-03-2011]. Disponível em <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf>.

PEREIRA, Manuel Fernandes. "As Parceirias Estratégicas da NATO". *Cidadania e Defesa*, 126, p. 135-144, 2010.

PINTO, Maria do Céu. "A Evolução da Conflitualidade – Caracterização e Tendências dos Actuais Conflitos". *Cidadania e Defesa*, 28, p. 12-15, 2007.

PINTO, Maria do Céu. "A NATO e o Processo de Reconstrução do Afeganistão". *Cidadania e Defesa*, 31, p. 20-22, 2008.

PNUD. "PNUD Lança o Índice de Desenvolvimento Humano 2010" [*online*]. 2010 [acesso em 28-03-2011]. Disponível em <http://hdr.

undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-pt.pdf>.
RÁDIO DAS NAÇÕES UNIDAS – "Número de Mortes no Afeganistão sobe 15% em 2010" [*online*]. 2011 [acesso em 19-03-2011]. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/193082.html> (19-03-2011).
SOUTO, Eliezer de Queiroz; GALVÃO, Daniela Lopes. "A Atuação da OTAN Diante da Crise Regional do Afeganistão Após o Atentado ao World Trade Center em 2001" [*online*]. 2010 [acesso em 05-04-2011]. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7800>.
STIGLITZ, Joseph; BILMES, Linda. "Three Trillion Dollar War – The true cost of the Iraq and Afghanistan Conflicts" [*online*]. 2011 [acesso em 26-04-2011]. Disponível em <http://threetrilliondollarwar.org>.

The NATO Intervention in Afghanistan

Abstract: The present article aims at analysing the NATO intervention in Afghanistan. The objective of our research is to verify to what extent it has contributed to the socio-economic development of the Afghan population. This paper also analyses the obstacles encountered by NATO militaries in relation to internal affairs associated with culture, society, and taliban. This study focuses on investigating NATO from its origins and changes undergone throughout its history, as well as its concepts and its intervention in Afghanistan concerning the combat to terrorism, whose results are debatable and unsatisfactory.

Keywords: Afeghanistan – NATO – Military Intervention – Taliban – Terrorists

A gestão da qualidade em relação ao desenvolvimento de fornecedores: um estudo em empresas brasileiras

Simone Aparecida Simões Rocha de Azevedo
Doutora em Engenharia da Produção – UFRJ
Email: sasrazevedo@hotmail.com
Fone: (32)9147-8762

Maurício Antônio Félix
Graduado em Administração – FUPAC
Email: maf--45@hotmail.com
Telefone: (32)8804-1671

Keila Graciela Ribeiro Soares
Graduada em Administração – FUPAC
Email: kgrstoaki@gmail.com
Telefone: (32)9128-4004

Patrícia Rosa da Silveira
Graduada em Administração – FUPAC
Email: pat.rosa22@gmail.com
Telefone: (32) 9948-0713

Data de recepção: 21/05/2012
Data de aprovação: 24/09/2012

Resumo: As empresas adotam um modelo de gestão da qualidade no desenvolvimento de seus fornecedores, sob a expectativa

de atender aos seus processos produtivos e às necessidades de seus clientes. Este artigo é resultado da pesquisa de monografia de conclusão de curso. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva com natureza qualitativa, baseada na percepção dos autores sobre gestão da qualidade, tendo sido analisado o contexto do desenvolvimento de fornecedores para o cumprimento dos procedimentos de certificações existentes desta relação, bem como a garantia da qualidade para a manutenção dos clientes. As parcerias, utilizadas como estratégia para o desenvolvimento de fornecedores, são características comuns das empresas pesquisadas. Tudo, para que essas empresas possam ser inseridas em um mercado globalizado e competitivo.

Palavras-Chave: Gestão de qualidade – Modelo de Gestão – Fornecedores

Introdução

A pesquisa destaca o método adotado pelas empresas EMBRACO, USIMINAS E SKF do Brasil na gestão de qualidade na administração relativa à qualificação de fornecedores.

Na era da globalização são desenvolvidos vários métodos nas empresas. Portanto, é necessário desenvolver esse assunto para compreender melhor o método utilizado para qualificar os fornecedores.

Todos os métodos estudados nessa pesquisa são úteis ao conhecimento e mostrarão a importância do desenvolvimento de fornecedores, para que as organizações obtenham a qualidade em seu processo produtivo.

A gestão de qualidade, o desenvolvimento de fornecedores e o processo produtivo são de suma importância, atendendo e satisfazendo o cliente.

Sendo assim, questiona-se qual é o modelo de gestão da qualidade adotado pelas empresas em relação ao desenvolvimento de fornecedores.

O artigo tem como objetivo geral identificar as técnicas utilizadas pelas empresas para o desenvolvimento de fornecedores e o modelo de gestão de qualidade adequado às técnicas de desenvolvimento de fornecedores.

Este pesquisa é relevante para outras empresas, como um modelo de aplicação de técnicas para gestão da qualidade.

Conforme Yin (2001), a pesquisa foi realizada com uma revisão de literatura em materiais acadêmicos, como livros e artigos. Assim, quanto à forma de abordagem do problema, a pes-

quisa é qualitativa. Quanto a natureza é básica, pois os objetivos são de gerar e agregar os conhecimentos sobre o assunto.

De acordo com Oliveira (2008), quanto à técnica de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. A respeito da escolha do objeto de estudo, a pesquisa caracteriza-se como uma amostragem não-probabilística por conveniência, pois as informações sobre a EMBRACO, USIMINAS e SKF do Brasil estão disponíveis em acesso livre para downloads nos sites das mesmas. Quanto à técnica de análise de dados, utilizou-se principalmente da técnica de análise de conteúdo das referências selecionadas.

O desenvolvimento de fornecedores para as empresas requer um controle da qualidade dos produtos e insumos que serão colocados no seu processo para a produção do produto final e que satisfaça o seu cliente, e também possa, com isso, ter uma melhor competitividade no mercado. Toda essa preocupação, no desenvolvimento de fornecedor, tem uma relação direta com as necessidades das empresas em estarem cada vez mais cumprindo os procedimentos que as certificações existentes exigem das mesmas.

1. O que é um fornecedor, afinal?

1.1 Conceito de fornecedores

O conceito de fornecedores mostra a importância para que as empresas possam fazer parcerias com seus fornecedores, em busca de alta qualidade para seus produtos, além da sa-

tisfação de seus clientes, a um comerciante ou estabelecimento que abastece ou fornece habitualmente uma casa ou um outro estabelecimento dos gêneros e mercadorias necessários ao seu consumo. O fornecedor é a pessoa ou empresa de cujos produtos vamos depender de seus produtos para que possamos suprir as nossas necessidades.

Segundo o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), o conceito de fornecedor é:

> Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Diante disso, faz-se necessário conhecer as parcerias feitas entre os fornecedores para atenderem as necessidades das empresas.

1.2 Parcerias entre fornecedores

A necessidade das empresas em terem seus fornecedores como parceiros faz com que essa relação se torne numa verdadeira união. As parcerias entre fornecedores trazem um enorme ganho para as empresas. As parcerias vão gerar melhores condições de atendimento às empresas. As parcerias entre empresas e seus fornecedores tornam-se necessárias por motivos em que a produção depende do envolvimento de ambos, em uma cooperação e ajuda mútua.

Segundo Alvarez (2003), relacionamento entre fornecedor-cliente, não basta fornecer produtos ou serviços; é necessário desenvolver experiências personalizadas formando uma parceria que crie conjuntamente bens e serviços. Essa aproximação entre clientes e fornecedor produz, em certos casos, uma dependência mútua em tornos dos interesses da empresa.

Mas, conforme Campos (2004, p. 146), as parcerias são toda a relação formal e informal em que prevalecem a convergências de interesses mútuos na conquista de um objetivo estratégico, claramente delineado na qual o envolvimento e a interação se dão através de um regime de intensa cooperação, mediante o compartilhamento de informações, solidificado pela confiança mútua. Essa situação não é a mais correta neste relacionamento. As parcerias têm que ter um ganho para as partes envolvidas no processo. O comum acordo entre as partes trará uma relação melhor para ambos os interesses. Com isso as empresas poderão fazer os seus produtos de maneira que possa atender suas necessidades e a satisfação dos seus clientes. Os interesses deverão ser claros para que o envolvimento possa ser de um ganha-ganha, e, com isso, a empresa colocar no mercado um produto de qualidade e que atenda o cliente em todos os requisitos.

Segundo Poirier e Reiter (1997, p.173), o conceito de parcerias é o ingrediente essencial para se alcançar as verdadeiras realizações ao longo prazo. Portanto, as parcerias têm em sua relação o seu constante aperfeiçoamento. A meta desse processo é chegar ao máximo da otimização. Tais esforços deveriam come-

çar internamente dentro das empresas e então se espalhar para as áreas externas, com seus Stakeholders (os seus fornecedores e os seus clientes).

Assim, é importante compreender como ocorre o desenvolvimento de fornecedores.

1.3 Desenvolvimento de fornecedores

O processo de desenvolvimento de fornecedores para as empresas requer a seleção dos fornecedores. Segundo Dias (2009, p. 300), selecionar fornecedores é reunir um grupo, do maior tamanho possível, que preencha todos os requisitos básicos e suficientes, dentro das normas e padrões pré-estabelecidos como adequados. Isso vem mostrar que os fornecedores terão que apresentar seus produtos dentro de um padrão de qualidade e conforme a quantidade necessária e suficiente para o seu processo. Para que o fornecedor permaneça no seu cadastro de compras se faz necessário que cumpra as exigências das empresas.

Um dos objetivos de se ter um fornecedor é que, conforme Dias (2009, p. 300), possuam condições de fornecer os materiais necessários dentro da quantidade, dos padrões de qualidade requeridos, no tempo determinado, com menores preços e/ou competitivos e nas melhores condições de pagamento. Além desses requisitos é que sejam de uma confiabilidade e que faça seu abastecimento de forma contínua e ininterrupta.

A comunicação é muito importante nessa relação entre empresa e fornecedores. Assim, Dias (2009, p.322) considera

uma margem de respostas, em termos de propostas recebidas, considerada de 80%, com a obtenção dos dados para a analise de coletas de preços com a fase de consultas encerradas no mês e pelas propostas recebidas. Informações obtidas: propostas obtidas; consultas efetuadas. A constante comunicação ajudará para que o processo de compras e o desenvolvimento de fornecedor ocorram para a ajuda nas necessidades, da empresa em relação ao fornecimento dos insumos e serviços dos fornecedores colocando para a produção problemas de ordem de operação com a falta ou atraso de matéria-prima ou algo que possa afetar o processo produtivo.

É nesse contexto que as empresas estão expostas de forma que o desenvolvimento de fornecedores exigirá delas uma atenção redobrada, pois, com esse fornecimento, as empresas trarão para a sua contabilidade formas de redução de custos, prazos de pagamentos facilitados, aumentando de seu patrimônio e recursos financeiros para que as empresas tenham meios de se permanecerem no mercado, com produtos que atendam a necessidade do cliente e que o seu processo produtivo tenha uma constante melhoria dos processos.

A comunicação para o relacionamento entre empresa e fornecedor é de suma importância para ambos. Assim, de acordo com Dias (2009, p. 322), a constante comunicação ajudará para que o processo de compras e o desenvolvimento de fornecedor ocorram para a ajuda nas necessidades, da empresa em relação ao fornecimento dos insumos e serviços dos fornecedores, colocando para a produção problemas de ordem de operação com a

falta ou atraso de matéria-prima ou algo que possa afetar o processo produtivo.

O desenvolvimento de fornecedores da empresa para um novo tipo de relacionamento é uma tarefa de longo prazo e que exige paciência antes de tudo. O futuro desse relacionamento vai depender dos dez princípios do controle da qualidade, que, para Campos (2004, p.145), são:

1) Da aplicação do controle de qualidade e cooperação e entendimento entre seus sistemas de controle da qualidade.
2) De ambos serem independentes, promovendo a independência um do outro.
3) De o comprador ser claro com o fornecedor de maneira que não haja dúvida naquilo que será produzido.
4) De as condições da transação serem colocadas antes da negociação.
5) De o fornecedor garantir a qualidade do produto fornecido e apresentar os dados necessários à empresa compradora.
6) De o método de avaliação do fornecimento ser conhecido com antecedência.
7) De fazer as partes de um contrato de sistemas e procedimentos a serem acordados em caso de problemas.
8) De as partes trocarem informações para o controle de qualidade.
9) De todo o processo de compra dos produtos ter uma base amigável e satisfazer as partes.
10) De, nesse processo, o fornecedor e a empresa sempre levarem em conta o interesse do consumidor.

Para Ishikawa (1990), o tempo que se gasta em média para se desenvolver um fornecedor é de três anos. Durante o desenvolvimento de fornecedores faz-se necessário que as empresas façam um trabalho contínuo de treinamento e um esforço muito grande por parte de seu fornecedor para poder dar garantia da qualidade do produto fornecido. Nesse contexto, abordam-se informações inerentes à gestão da qualidade.

2. Gestão da qualidade

2.1 Conceito de Qualidade

Segundo Martins e Laugeni (2006, p. 498), o conceito de que a qualidade é importante surge em 1970, com o renascimento da indústria japonesa, que, seguindo os preceitos do consultor americano W.E.Deming, faz da qualidade uma arma competitiva. A qualidade é, na verdade, uma ferramenta para que as empresas estejam com um produto no mercado, onde esse possa de forma certa satisfazer as exigências e as necessidades do consumidor. A qualidade assume um papel importante a partir do ano de 1980 com as indústrias de veículos japonesas.

Todo esse momento da indústria japonesa fez com que a mesma se tornasse mais competitiva no cenário mundial. Com excelente nível de qualidade, preços bons e de condições de bons serviços pós-venda, os japoneses conseguiram ter uma boa fatia em vários segmentos de produtos. Hoje a qualidade está na administração das empresas, porque as empresas não têm como sobreviver no mercado globalizado sem ter uma gestão de qualidade.

Segundo Campos (2004, p. 30), a qualidade de um produto está diretamente ligada à satisfação do consumidor e consta dos fatores: qualidade ampla; custo e atendimento, que são igualmente importantes num relacionamento comercial. A base da qualidade é a satisfação do cliente, isso faz que as empresa procurem sempre estar informadas em relação ao mercado. Portanto, é necessário que as empresas antecipem as necessidades dos consumidores para satisfazê-los.

Essa satisfação é sustentada por três aspectos da qualidade (CAMPOS, 2004, p. 30):

> A qualidade em seu sentido amplo, que objetiva a "satisfação das pessoas" e inclui a qualidade do produto ou serviço (ausência de defeitos e presença de características que irão agradar o consumidor), a qualidade da rotina da empresa (previsibilidade e confiabilidade em todas as operações), a qualidade do treinamento, a qualidade da informação, a qualidade das pessoas, a qualidade da empresa, qualidade da administração, a qualidade dos objetivos, a qualidade do sistema, a qualidade dos engenheiros etc;
> O custo do produto ou serviço. Para o consumidor, quanto menor o preço maior a satisfação. Como o preço é função do mercado, este aspecto da qualidade se reflete no custo;
> O atendimento no prazo certo, no local certo, na quantidade certa é o terceiro pilar da satisfação total do consumidor e que forma o conceito da qualidade. Portanto o conceito de qualidade em relação o que foi citado acima podemos concluir que a qualidade tem esses significados. A qualidade é a satisfação do cliente, o sentido amplo da qualidade devemos sempre conside-

> rar o custo e as condições de atendimento como fortes fatores da satisfação total do cliente. Com o conceito de qualidade podemos dizer que as empresas vão através da qualidade ampla mais o custo do produto e o seu atendimento fazer uma qualidade que tem como objetivo a satisfação do cliente ou consumidor. Toda essa cadeia fará que a empresa tenha uma sobrevivência nesse mercado que sempre mais espera que as organizações sempre procurem a melhoria contínua dos seus processos.

Assim, é necessário que haja controle da qualidade, o chamado gerenciamento da qualidade total.

2.2 Gerenciamento de qualidade total

Segundo Campos (2004, p. 30), para que se possa compreender o que é gerenciamento da qualidade total é preciso conhecer outros programas que são relativos à qualidade:

1) Controle de qualidade. É o desenvolvimento de sistemas que monitoram os processos produtivos.

2) Controle estatístico de processo. É o controle de qualidade usando as técnicas estatísticas.

3) Zero defeito. Sistema de qualidade.

4) Circulo de controle de qualidade. São grupos formados que executam trabalhos na empresa para se ter mais qualidade nas atividades da rotina.

5) Sistema de qualidade amplo empresarial. Sistema de gestão empresarial baseado na qualidade e desenvolvido no Japão.

6) Qualidade assegurada. São as relações com aspectos de se-

gurança e responsabilidade civil. É a classificação de fornecedores que fornece insumos para a sua linha de produção.
7) Qualidade garantida. É a garantia que é dada ao seu cliente, oferecendo uma confiabilidade em relação ao produto ofertado.
8) Sistema ISO 9000 (de Excelência Empresarial) deve ser o sistema para a garantia da qualidade de produtos e serviços.
9) Sistema de avaliação de empresa. As empresas são premiadas em relação à qualidade de seus produtos e serviços.
10) *Total quality management*. Envolve não só a qualidade, mas também atividades de benchmarking.

No sistema de gerenciamento da qualidade o controle significa, no mundo ocidental, verificação, como supervisão, às vezes como coerção. No Japão é utilizado como administração e gerência. A gerência de uma empresa no controle de qualidade total significa conduzir ao mesmo tempo rotinas e melhorias (CAMPOS, 2004, p. 31).

Para tanto, tem-se uma organização internacional que determina padrões de qualidade, chamada ISO.

2.3 A *International Organization for Standardization* (ISSO)

A *International Organization for Standardization* (ISO) é uma organização não governamental fundada em 1947, em Genebra, e hoje presente em cerca de 140 países.

De acordo com Fitzsimmons (2005, p. 436), a ISO – palavra grega para "igual" – constitui-se em uma série de padrões de qualidade definidos pela organização internacional para padronização. A sua função é a de promover a normatização de

produtos e serviços, para que a qualidade dos mesmos seja permanentemente melhorada. A família das normas da ISO servem para estabelecer os requisitos que vão auxiliar a melhoria dos processos internos, a maior capacitação dos seus colaboradores, o monitoramento do ambiente de trabalho, a satisfação dos clientes colaboradores e fornecedores num processo de melhoria contínua do sistema de gestão de qualidade, sua aplicação é em os campos de materiais, produtos, processos e serviços. A adoção das normas faz com que as empresas possam, fazer organização, produtividade e credibilidade, que o produto se torne cada vez mais competitivo no mercado. Todo o processo de cumprimento dessas normas é verificado em auditorias externas. A necessidade das empresas em colocarem no mercado globalizado de seus produtos faz que elas busquem a padronização dos seus processos e produtos para atender as exigências que se fazem presentes. A certificação que a ISO traz sinaliza para as empresas que possuem um sistema de gerenciamento da qualidade que assegura a consistência da qualidade em seu processo produtivo. A ISO está envolvida não na certificação, e sim no projeto e na atualização dos padrões.

De acordo com Fitzsimmons (2005, p. 436), a ISO possui normas requerendo que as empresas implementem um ciclo de três componentes:

1) Planejamento das atividades que afetam a qualidade, para que as metas, a autoridade e responsabilidade sejam definidas e compreendidas.

2) Controle nos processos que afetam a qualidade é necessário,

pois as especificações devem ser atendidas. Com isso algum erro poderá ser evitado e antecipado.

3) A qualidade dos produtos exige que as empresas tenham documentos que asseguram uma compreensão dos objetivos e métodos da qualidade, a interação facilitada dentro da organização, o retorno para o ciclo de planejamento e serve como evidência do desempenho do sistema.

As normas da ISO são de suma importância para as empresas, pois os benefícios que traz é suficiente para justificar o esforço para sua implementação. Assim, existem as famílias ISO, que são normas específicas de qualidade.

2.4 As famílias ISO

Conforme Fitzsimmons (2005, p. 437), aos requisitos da ISO 9001:2000 é necessário definir e implementar uma "Política da Qualidade" e um "Manual da Qualidade" (isso não quer dizer que estes sejam os únicos documentos necessários, cada organização deve avalisar seu processo por inteiro).

A família de normas NBR ISO 9000:1994 (9001, 9002 e 9003) foi cancelada e substituída pela série de normas ABNT NBR ISO 9000:2000, que é composta de três normas:

1) ABNT NBR ISO 9000:2000: Descreve os fundamentos de sistemas de gestão da qualidade e estabelece a terminologia para estes sistemas.

2) ABNT NBR ISO 9001:2000: Especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade, em que organização precisa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que aten-

dam aos requisitos do cliente e aos requisitos regulamentares aplicáveis, e objetiva aumentar a satisfação do cliente.

3) ABNT NBR ISO 9004:2000: Fornece diretrizes que consideram tanto a eficácia como a eficiência do sistema de gestão da qualidade. O objetivo desta norma é melhorar o desempenho da organização e a satisfação dos clientes e das outras partes interessadas. Não existe certificação para as normas ABNT NBR ISO 9000:2000 e ABNT NBR ISO 9004:2000.

As normas ISO são atualizadas de forma que as necessidades das empresas estejam de acordo com as exigências do mercado. A busca para as empresas pela qualidade através da ISO traz um grande ganho, para que os seus produtos estejam dentro da conformidade e que satisfaçam os clientes.

Nesse sentido, faz-se necessário conhecer as empresas que são analisadas neste estudo.

3. A SKF do Brasil, EMBRACO E USIMINAS: técnicas de desenvolvimento de fornecedores

3.1 A SKF do Brasil

Segundo o Código de Conduta da SKF do Brasil (2008) a empresa apresenta:

O Código de Conduta SKF: Se você ainda não é fornecedor SKF, solicitamos o preenchimento do formulário Cadastro de Novos Fornecedores, para que, em futuras concorrências/cotações, nós possamos contatá-lo. Responsabilidade em relação aos clientes: conseguir e manter clientes pelo desenvolvimento

e pesquisa contínuos e poder oferecer produtos, serviços e soluções que satisfaçam as expectativas dos clientes em relação à qualidade, segurança e zelo ambiental.

Ética comercial: a SKF exige honestidade e integridade em todas as partes de suas atividades e espera o mesmo de todas as partes com as quais o Grupo tenha qualquer relação comercial – clientes, fornecedores, parceiros, agentes.

A SKF advoga o comércio livre e justo, lutando por condições éticas e de competição dentro das regras do sistema jurídico.

A SKF também apoia a transparência e a abertura, desde que não sejam expostos segredos comerciais cuja divulgação possa afetar a competitividade da empresa e/ou seus relacionamentos com clientes ou parceiros.

A ética comercial da SKF também determina que o suborno é proibido e, consequentemente, todas as formas de compensação para agentes, fornecedores e parceiros devem referir-se somente a produtos ou serviços justificados.

Presentes e outros favores como elementos de hospitalidade esperada não devem exceder os costumes locais e devem estar de acordo com as leis locais.

Todos os funcionários devem evitar qualquer conflito de interesses entre questões econômicas privadas e os negócios da empresa; qualquer caso de incerteza deve ser trazido à gerência no país para deliberação.

A SKF do Brasil apresenta dentro de sua política de desenvolvimento de fornecedores premiação aos seus parceiros.

Certificação de Fornecedores: segundo o site da SKF do Brasil (2008) existem três categorias de prêmios.

A SKF do Brasil entende que a redução de custos se dá através da introdução de soluções que otimizem o resultado. Pensando assim e objetivando a melhor utilização dos recursos a serem oferecidos por nossos fornecedores, a SKF implantou a Certificação de Fornecedores.

As exigências para cada nível de fornecedor estão diretamente relacionadas à abrangência de serviços ou recursos que esse fornecedor dispõe à SKF do Brasil, conforme demonstrado a seguir:

SKF Certified Suppier:

1) Estrutura organizacional
2) Logística 100%
3) Gerenciamento da Qualidade, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente.
4) Tecnologia da Informação
5) Controles de Estoques
6) Assistência Pós-venda

SKF Joint Action Supplier:

7) Assistência técnica especializada
8) Treinamento
9) Otimização de estoque SKF

SKF Value Partner Supplier:

10) Pacotes de soluções
11) Política de Preços baseada em Performance

3.2 - A EMBRACO

A EMBRACO em seu site (2008) apresenta:

Critérios de Seleção de Fornecedores

A EMBRACO possui um Processo de Qualificação de Fornecedores (PQF) documentado, no qual são estabelecidas as principais diretrizes para desenvolver, selecionar e manter os fornecedores de matérias-primas, componentes e materiais de processos. O PQF tem como objetivo principal regulamentar e melhorar e relação de empresa com seus fornecedores, uma vez que estes são tratados como parceiros de negócios. Para tanto, é exigida dos fornecedores uma série de requisitos, os quais são considerados diferenciais para qualificá-los como preferenciais, sendo os seguintes: (i) possuir sistema de qualidade estruturado e implementado segundo as normas da ISO 9000 e/ou QS 9000 ou similares; (ii) comprovar que possui recursos tecnológicos e de serviços que possam contribuir para o desenvolvimento de produtos/processos; (iii) garantir a assistência pós-venda; (iv) possuir capacidade técnica e de qualidade que possam garantir plenamente, de forma estável, as especificações estabelecidas; (v) estar legalmente capacitado para exercer suas atividades, bem como; (vi) ter um perfil competitivo no que se refere a aspectos logísticos e comerciais.

A empresa mantém um processo seletivo para desenvolver novos fornecedores, em que são realizadas análises para identificar fornecedores potenciais, avaliar a sua situação cadastral e de capacidade tecnológica e de qualidade e, finalmente, a certificação do componente/empresa fornecedora. No entanto, para que uma empresa seja aceita como Fornecedor EMBRACO,

a mesma deve passar por um processo de certificação. Esse processo tem quatro fases, que estão documentadas no PQF, sendo discriminadas como fases de protótipo, de teste, de produção e de homologação. Durante a primeira fase, avalia-se a versão preliminar do produto, sendo feito em amostra não representativa no processo real de manufatura. A seguir, na segunda fase, o produto é avaliado em amostra já no processo definitivo ou em uma linha-piloto. Na terceira fase, o produto e o processo já estão definidos e ajustados, e os fornecimentos das amostras devem se darem as condições normais pelo fornecedor com o objetivo de se analisar a variabilidade do produto e do processo. E, por fim, quando o fornecedor entra na última fase, são simuladas as condições de fornecimento normal, sendo avaliados a capacidade do processo do fornecedor e os índices de rejeição e reprocessos gerados. A EMBRACO avalia o desempenho dos seus fornecedores através do monitoramento atribuindo valores para os seguintes desempenhos: (i) índices de rejeição na linha produtiva, na qual é analisada a quantidade de produtos fornecidos que foi rejeitada por desvios na qualidade; (ii) quantidade de relatórios de não-conformidades emitidos; (iii) desempenho na entrega; (iv) desempenho nas auditorias de qualidade; e (v) desempenho em clientes/campos dos componentes utilizados no compressor.

Considerações da EMBRACO sobre a Relação com os Fornecedores.

Das linhas de produção da EMBRACO Planta Brasil saem, em média, 40 mil compressores por dia, sendo que cada compressor necessita de 28 itens comprados externamente, cor-

respondendo a uma carteira de 72 fornecedores .

Dessa forma, as relações que a empresa mantém com seus fornecedores sempre foram focadas na parceria, visto que o próprio volume justifica isso.

Um indicador de parceria que se pode notar é o tempo de relacionamento médio que existe entre a empresa e seus fornecedores, fixado em 15 anos. No entanto, existem fornecedores que são parceiros de longa data, como, por exemplo, a Expandra – 27 anos, CRW – 26 anos e Embrapa – 20 anos. Do total de componentes adquiridos para produzir o compressor, apenas 2% são comprados no mercado internacional e 35% são comprados de fornecedores que estão instalados na unidade fabril de Joinville.

Há oito anos vem se desenvolvendo um sistema Just-in-Time (JIT), sendo que, para implementar esse sistema, a empresa contratou um operador logístico, em que a ideia central é buscar os fornecedores próximos à unidade fabril ou, se não possível, entrepostos próximos. Existem fornecedores que entregam componentes 3 vezes ao dia, em cada início de turno, e outros fornecedores que se encontram no sistema com entradas diárias ou de 2 ou 3 vezes por semana. A meta é chegar a um recebimento com intervalos de 4 em 4 horas, ou seja, dois recebimentos por turno, e que todos os fornecedores estejam operando no sistema Just-in-Time. Na visão da empresa, tal sistema otimiza o espaço físico de estoque, dado que, como trabalha com um volume grande de insumos, se cada fornecedor enviasse seu produto em horas diferentes e em transportes diferentes, o tráfego seria muito grande dentro do pátio da empresa.

A operação de logística, que é executada por uma empresa contratada especialmente para isso, trabalha com um cronograma de controle das entregas, até mesmo quanto a horários. Outra questão analisada nessa logística é que, quando se trabalha com fornecedores que terceirizam o transporte, outros produtos são transportados juntamente com os componentes fornecidos à EMBRACO, aumentando, assim, o risco de contaminação. Ademais, as informações de como transportar, os cuidados necessários e onde alocar os componentes ficam centralizados em um responsável, nesse caso, a empresa de logística. A empresa de logística mantém um profissional residente na EMBRACO, que controla e comunica a quantidade, a data, os horários e o local de entrega. Para os componentes chamados de regulares, que são utilizados em todos os compressores, há um sistema, no qual as caixas vazias são enviadas aos fornecedores e, através da quantidade e identificação das caixas (nome do código), sabe-se o quanto devem fornecer na próxima entrega. Nos itens chamados irregulares, que são utilizados em determinados tipos de compressores, a solicitação é feita via fone ou e-mail, sendo que o responsável por tal solicitação é o próprio operador da linha. Essa solicitação é feita, em média com 10-12 horas ou 12-24 horas de antecedência. Todavia, os pedidos são colocados em função da média de consumo mensal prevista enviada. Atualmente, das 72 empresas da carteira de fornecedores, apenas 10 estão próximas a Joinville e 21 estão localizadas na região Norte-Nordeste catarinense. A EMBRACO tem projetos de trazer outros fornecedores. Contudo, sabe-se que não é viável para todos. Nesse caso, é

desenvolvido outro trabalho de parceria, como exemplo o caso da Pirelli Ficab, que montou, há 5 anos, um entreposto, com entregas regulares em que o produto só é faturado no momento que entra na empresa. Algumas premissas devem ser seguidas para que o fornecedor entre no sistema JIT, como o comprometimento das entregas, a qualidade assegurada, etc. Dos produtos fornecidos que pertencem às classes G1, G2, em 87% não são feitas mais inspeção e outros 13% estão divididos entre itens que sofrem inspeção a cada lote, considerado método de avaliação no qual as periodicidades das inspeções vão diminuindo a cada lote, em face da inexistência de não-conformidade dos produtos recebidos. A estrutura que se responsabiliza pela relação da EMBRACO com os fornecedores é a Gestão de Materiais, composta por compras, técnicos e planejadores de produção e logística, que fazem análise de que vendas estão comercializando, o que se tem em estoque, o que está sendo produzido e o que foi planejado. Essa equipe passa diariamente todas as informações ao sistema em Material Resource Planning (MRP), sendo que a interface com os fornecedores é feita entre os planejadores de produção com vendas dos fornecedores. Nas questões de desenvolvimento e qualidade, há uma equipe técnica dentro da Gestão de Materiais que entra em contato com o fornecedor não só com a parte de qualidade, mas também com a comercial. Agindo dessa forma, a empresa consegue ter uma maior agilidade, pois os profissionais responsáveis pela qualidade podem discutir itens comerciais.

O Processo de desenvolvimento de fornecedores da EMBRACO, portanto, é uma das preocupações que a empresa tem

para que seus produtos saiam com qualidade.

3.3 A USIMINAS S.A

A USIMINAS, em seu site (2008), disponibiliza a Cartilha de desenvolvimento de fornecedores da USIMINAS S.A.

O abastecimento de uma siderúrgica adquire importância estratégica devido ao grande volume financeiro envolvido e à diversidade de itens e requisitos estabelecidos, necessitando, portanto, de um processo de melhoria contínua e permanente entre as partes envolvidas.

Por outro lado, normas internacionais de gestão da qualidade, meio, segurança e saúde ocupacional, como ISO 9001/14001/TS 16949/IEC 17025 e OHSAS 18001, estabelecem como exigência desenvolvimento de fornecedores, de acordo com seus requisitos, e o cumprimento às regulamentações vigentes. O atendimento a esses requisitos é também exigido por nossos clientes, o que atinge toda a cadeia de abastecimento existente.

Conscientes da importância que seus fornecedores exercem nos resultados da empresa, a USIMINAS e COSIPA aprimoram o processo de gestão dos mesmos. O PDF (processo de desenvolvimento de fornecedores) considera a importância estratégica do fornecedor, apoiado por um sistema informatizado. A base do processo é um indicador numérico de desempenho histórico do fornecedor, denominado IDF (Índice de Desempenho de Fornecedor). O IDF apresenta o conceito atualizado de cada fornecedor baseado nos requisitos da Qualidade, Fornecimento e Preço."

Índice de Desempenho de Fornecedores IDF

O IDF dos fornecedores de materiais gerais, matérias-primas elaboradas e refratários é calculado utilizando-se dados históricos dos últimos 5 meses. Para os fornecedores de matérias primas-primárias são considerados os dados dos últimos 4 meses.

Requisitos básicos do IDF
Requisitos de Qualidade ..... RQ
Requisitos de Fornecimento ..... RF
Requisitos de Preço ..... RP

No requisito de qualidade o fornecedor é avaliado quanto à qualidade dos produtos fornecidos, reclamações procedentes dos usuários, precisão e clareza da documentação e o grau de implementação dos sistemas de qualidade, ambiental e saúde e segurança ocupacional.

No requisito de fornecimento são consideradas a pontualidade nas entregas e a quantidade fornecida em relação à solicitada nos pedidos de compra.

No requisito de preço o fornecedor é avaliado quanto a sua capacidade de se manter competitivo no mercado através da participação nas consultas de preço/concorrências, e ainda no comportamento da prática de seus preços do ano em curso em relação ao ano anterior.

Existem em relação a estes requisitos vários índices que são medidos e avaliados. A todo esse processo da empresa o

acompanhamento pelo fornecedor é importante porque ele estará observando a sua performance em relação à empresa que está prestando o serviço como fornecedor.

Conceituação dos fornecedores

Conceito	Pontuação
Ótimo	95 a 100
Bom	80 a 94

Ocorrências que mais afetam a imagem do fornecedor: a não conformidade, em qualquer situação, deprecia a imagem do fornecedor. Não-conformidades são imediatamente interpretadas como falha de processo e de prevenção. Portanto, a busca pela qualidade total deve ser constante.

Alto desempenho de fornecedores

Considera-se fornecedor com alto desempenho aquele que, durante um período mínimo de doze meses, mantiver uma pontuação no IDF maior a igual a 95 sem apresentar não-conformidades ou restrições cadastrais e esteja regular.

Pré-qualificação de fornecedores

Os fornecedores que participam das consultas de preço são selecionadas considerando principalmente: fornecedor com qualidade assegurada e pontuação do IDF.

A USIMINAS também premia os seus fornecedores com o prêmio fornecedor destaque do ano.

A USIMINAS, como todas as empresas, procuram fazer do desenvolvimento de seus fornecedores, além de parceiros, empresas que estejam envolvidas em seus processos produtivos, para garantir a seus clientes um produto de qualidade e que a sua satisfação em usar os produtos seja a forma de estar cada vez mais presente no mercado tendo isso com competitividade do seu produto acabado.

4. Análise das empresas estudadas

No desenvolvimento de fornecedores é vital que a relação entre as partes envolvidas no processo tenha a consciência da necessidade de uma sobre as outras. Nessa relação tem que existir, para os dois lados, um ganha-ganha. Na atualidade as empresas procuram colocar no mercado produtos dentro de padrões de qualidade. Por isso as parcerias com seus fornecedores se fazem necessárias para que as empresas possam estar sempre fazendo os seus produtos com a qualidade que é exigida no mercado. Todo esse processo de desenvolvimento de fornecedores e a gestão da qualidade nas empresas não é, portanto, um hobbie, e sim a permanência das empresas dentro do cenário cada vez mais globalizado.

Para a SKF do Brasil, destaca-se a ética comercial, determinada pela certificação dos fornecedores que são baseados na estrutura organizacional, no gerenciamento da logística, no gerenciamento da qualidade, na segurança do trabalho e no meio

ambiente (regulamentadas por órgãos competentes), no uso intensivo da tecnologia da informação, associada a sistemas integradores da informação, na adoção de políticas de controle de estoques ajustada à logística, na assistência pós-venda, na assistência técnica especializada, no treinamento contínuo da equipe de vendas e no ajuste da política de otimização da produção e dos estoques de seus produtos acabados, nos pacotes de soluções de acordo com a ocorrência dos mesmos e no tipo de problema, na política de preços baseada na performance, de acordo com as metas a serem alcançadas.

A EMBRACO adota o desenvolvimento de diretrizes, baseando-se na seleção de seus fornecedores, constituindo-se de regulamentação e melhoramento da seleção dos mesmos, considerando-os parceiros nesta estratégia adotado que se justifica no volume de comercialização. A empresa considera que a parceria existente entre ela e seus fornecedores é uma das formas de assegurar a qualidade de seus produtos.

A Usiminas utiliza-se de uma cartilha para o desenvolvimento de seus fornecedores, onde são mensurados os índices de desempenho dos mesmos. Os requisitos considerados como básicos para a Empresa consistem em: requisitos da qualidade, requisitos de fornecimento e requisitos de preços. A conceituação dos fornecedores reside na escala de 0 a 100. É assegurado o fornecedor com alto desempenho, cujo IDF reside na escala igual ou superior a 95 e desde que os produtos mantenham conformidade e não haja restrições de cadastros. Realiza-se uma pré-qualificação de fornecedo-

res, sendo consultados os preços e a validação da pontuação do IDF.

Cada empresa mantém uma forma de assegurar a qualidade de seus produtos, baseando-se em suas estratégias de parcerias, conceito de qualidade, padronização e conformidade.

Considerações finais

As empresas são obrigadas a entrar no processo de desenvolvimento de seus fornecedores para que a qualidade de seus produtos esteja dentro de padrões mundialmente exigidos.

Com a as técnicas que as empresas contemporâneas usam para gerir sua qualidade, fazer alianças corporativas, elas passam a inovar e estar à frente de seus concorrentes.

Nesse sentido, a qualidade torna-se essencial neste novo cenário econômico mundial. Assim, tudo que é produzido é destinado à satisfação do cliente final, para que as necessidades dos mesmos sejam atendidas.

Diante da pesquisa realizada, a análise que se faz é a de que as empresas se asseguram do conceito de qualidade, por meio da certificação da ISO, buscando, assim, garantir a padronização dos processos e dos produtos. Ou seja, as empresas pesquisadas adotam a gestão da qualidade para a contratação e manutenção dos fornecedores.

As empresas pesquisadas demonstram uma preocupação com o conceito de qualidade em toda sua cadeia produtiva.

Por fim, compreende-se que a utilização do modelo de gestão da qualidade é uma filosofia que se ajusta aos propósitos das empresas pesquisadas, no que tange às parcerias entre fornecedores, administração de processos e pessoas e satisfação dos clientes.

O importante a ser ressaltado é que a relação das empresas com seus fornecedores é o que garante a permanência de seus clientes e a fidelização dos mesmos.

Referências

ALVAREZ, M. P. *et al*. *A aproximação dos laços de parcerias entre fornecedor-cliente na cadeia de suprimentos como fonte de competitividade*. Minas Gerais: XXIII ENEGEP, 2003.

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC Controle da Qualidade Total no estilo japonês*. 8 ed. Nova Lima: INDG. 2004.

CARTILHA de desenvolvimento de fornecedores da USIMINAS S.A. Disponível em: <www.usiminas.com.br>. Acesso em: 31/08/2008.

CÓDIGO de Proteção e Defesa do Consumidor. - Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 11/06/2012.

CÓDIGO de Conduta da SKF do Brasil. Disponível em: <www.skfdobrasil>. Acesso em: 07/11/2008.

DIAS, Marco Aurélio Pereira. *Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EMBRACO. Disponível em:< www.embraco.com.br>. Acesso em: 02/11/2008.

FITIZSIMMONS, J. A; FITIZSIMMONS, M. J. *Administração de serviços*: operações, estratégia e tecnologia de informação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

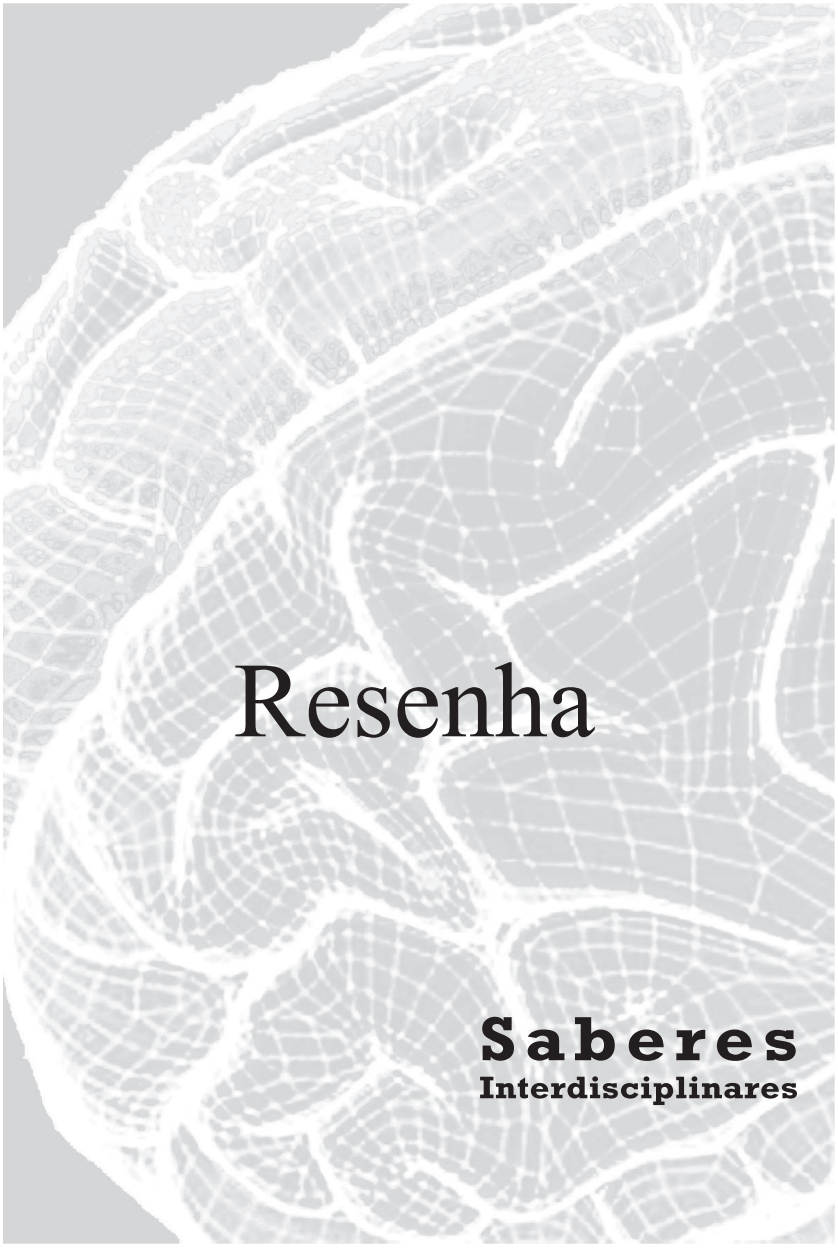
ISHIKAWA, K. *Introduction to Quality Control*. 3 ed. Trad. John H.

Loftus. Tokyo: Corporation, 1990.
MARTINS; LAUGENI. *Administração da Produção*. São Paulo: Saraiva: 2006.
OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Balanced scorecard*: uma análise da produção acadêmica brasileira na área de administração. 2008. 176 p. Dissertação (Mestrado em Administração), Lavras: UFLA, MG.
POIRIER, C.; REITER, S. E. *Otimizando sua rede de negócios*. São Paulo: Futura, 1997.
YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Quality Management in Relation to the Development of Suppliers: a Study in Brazilian Enterprises

Abstract: Enterprises adopt the quality management model in the development of their suppliers with the expectation of satisfying their productive processes and the needs of their clients. This paper is the result of our degree requirement monograph. The methodology used was descriptive research with qualitative nature, and it was based on author's assumption about quality management. It was possible to analyse the context that involves the development of suppliers, the procedures to achieve certification, existing in this relationship, as well as the quality assurance (QA) that aims at ensuring the maintenance of the clients. Partnerships, used as strategies for the development of suppliers, are common features of the companies involved in this research. The purpose is to insert enterprises into a globalized and competitive market.

Keywords: Quality Management – Management Model – Suppliers



Resenha

Saberes
Interdisciplinares

Del Imperio Romano

José Maurício de Carvalho – UFSJ
Pós-Doutor em Filosofia – Universidade Nova de Lisboa – Portugal e UFRJ
E-mail: mauricio@ufsj.edu.br
Fone: (32)3379-2455

Maria Aparecida de Andrade
Graduanda em Filosofia – UFSJ
Bolsista PIBIC/ FAPEMIG
E-mail: airamaaf@hotmail.com

Data de recepção: 12/06/2012
Data de aprovação: 13/08/2012

Resenha de: ORTEGA Y GASSET, José. *Del Imperio Romano*. Obras completas. v.VI, 2 reimpresión, Madrid: Alianza, 1997. p.53-107.

O escritor russo Rostovtzeff publicou em 1926 um livro cujo título é *A história social e econômica do Império Romano*. Esse livro, segundo Ortega y Gasset (1883-1955), causou surpresa entre os estudiosos da História, pois continha explicações que clareavam o modo de vida no Império Romano de uma forma diferente. Ortega y Gasset explicou a importância da obra da seguinte forma: "A história do Império Romano é o primeiro extrato da história da Europa, e não só um precedente, como a história da República ou a história da Grécia" (p. 53). Ela tem relevância,

pois a vida na Europa conserva a herança romana, ainda que na forma do já ter sido.

Em seu livro *Del Imperio Romano*, Ortega y Gasset chama atenção para o significado de duas palavras usadas pelo orador romano Cícero: Harmonia e Libertas. Para ele, o significado real das palavras só é compreendido no contexto em que foram usadas.

> O idioma ou linguagem é, pois, um texto que, para se entender, necessita sempre de ilustrações. Essas ilustrações consistem na realidade vivente e vivida desde a qual o homem fala: realidade por essência instável, fugitiva, que chega e vai para não voltar. Do que resulta que o sentido real de uma palavra não é o que se tem no dicionário, senão o que tem no instante (p. 55).

Ou seja, as duas palavras só serão entendidas se soubermos o contexto em que elas foram usadas. Para isso, é necessário mergulhar na história de Roma e entender seu significado.

Segundo Ortega y Gasset, Cícero escreveu seu Tratado sobre o Estado desenvolvendo a ideia que aprendera com Políbio. Para Cícero, Roma, ao contrário dos estados helênicos, foi construída com muitas lutas. E o fato não é necessariamente negativo, pois um Estado melhor é feito com luta; a que não significa que Cícero trate a vida pública romana como feita de dores e tristezas, pois ele entende as disputas políticas como condição da saúde do Estado. As guerras civis ocorrem porque os membros

da sociedade têm opiniões diferentes sobre assuntos públicos, porém, às vezes, a falta de consenso leva ao aperfeiçoamento e desenvolvimento político. No entanto, a sociedade existe por causa da unidade de opiniões que Cícero chama de harmonia e define como "o melhor e mais apertado vínculo de todo Estado" (p. 58). Quando a falta de consenso atinge a base da convivência a sociedade é aniquilada. E, segundo Ortega y Gasset, era isto o que Cícero via ao seu redor: a decadência da sociedade romana, nascida da ausência de consenso.

A harmonia fundamental, para o filósofo espanhol, surge de uma crença comum. Crença, esclareça-se, é uma ideia em que estamos mergulhados, sem questionar, nem discutir, é a realidade que vivemos e somos. Ortega y Gasset afirma que os presságios, para os antigos romanos, eram "como as vísceras das vísceras históricas" (p. 64). Portanto, era uma ideia absorvida pela multidão e se tornou uma crença.

Ortega y Gasset diz que o povo romano odiava os reis, e foi esse um dos motivos do surgimento de sua forma de governo. Uma das raízes desse ódio é o amor pelas leis, pois nelas todos são iguais. A palavra Libertas tem, então, dois sentidos: um negativo, vida pública sem reis, e um positivo, vida pública segundo as instituições republicanas e tradicionais de Roma.

Com a expulsão dos reis, Roma experimenta a vida como liberdade. Cícero, diz Ortega y Gasset, entende que a República tem como causa os abusos dos reis. E com a chegada de novas culturas, o povo romano sente a necessidade de se ver livre deles.

O Estado que substituiu a monarquia possuía uma estrutura simples e criava novas instituições de acordo com a necessidade pública. Na ocasião a instituição central foi o Senado.

O filósofo lembra que as libertas de Cícero não equivaliam à liberdade do liberalismo. E esclarece que, "muitas vezes, e desde muitos anos, protesto contra a redução da ideia de liberdade que a doutrina e a propaganda liberal têm ocasionado" (p. 71). A história da Europa, para ele tem experimentado a vida como liberdade. Assim, quando surge o liberalismo, a liberdade era já um ideal inevitável, cultivado em séculos de história.

Na liberdade anunciada pelo Liberalismo, a sociedade caminha por si mesma. Isso, para o filósofo espanhol, é um erro porque uma sociedade não pode se regular por si, sem alguém para mandar. Então, a questão liberal é estabelecer os limites dos mandos, isso é, o liberalismo quer assegurar que o poder público não invada a esfera individual. Em Roma, cuidava-se para que as leis mandassem, e não o indivíduo. Na Roma antiga a liberdade deve ser entendida como um todo. No entanto, como o homem faz esforço para conviver, e nunca chega a ter uma sociedade perfeita, há luta permanente. Por isso, na avaliação de Ortega y Gasset:

> Quando nos referimos ao estado satisfatório de uma sociedade ou falamos de uma boa época em sua evolução, subentende-se sempre que essas qualificações são meramente relativas. Porque não há nem tem havido nunca esse estado satisfatório, nem nada social tem sido jamais bom, no sentido em que pode-

> mos falar de um bom quadro, de uma boa ideia, de um bom caráter, de uma boa ação (p. 73).

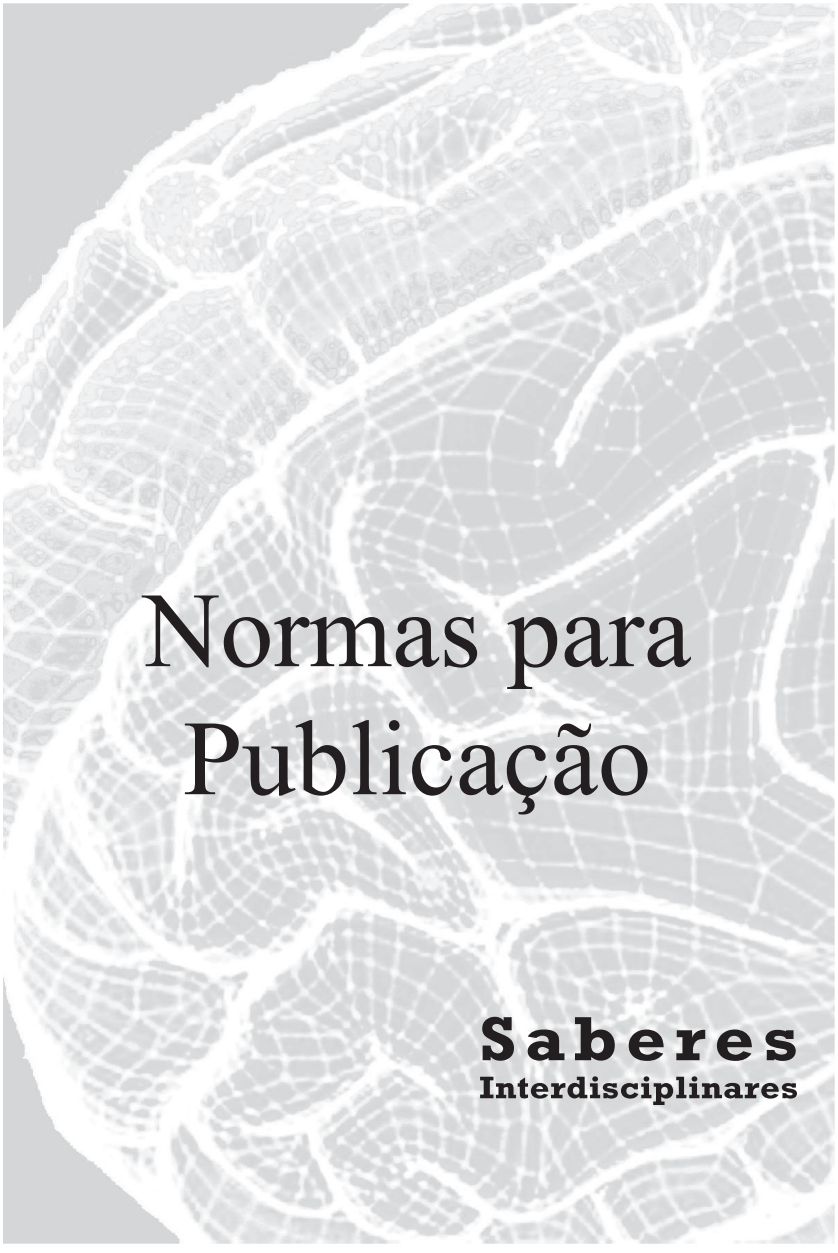
O Estado é a pressão mais forte que, querendo ou não, controla o homem e, em última instância, usa da violência. Assim, liberdade política não quer dizer que o homem não tenha limites, mas que ele está sob uma forma de controle que lhe permita sentir-se livre.

Houve um momento na história de Roma em que a plebe aumentou muito seu número no conjunto da população e desejou participar do governo, isso é, queria participar do mando, que era inicialmente função dos nobres. Foi então criado um posto para o representante da plebe, e o escolhido recebeu o poder de vetar as leis construídas pelos representantes das outras classes. Esse representante da plebe era um tribuno intocável, um magistrado negativo e inverso, uma vez que ele não era como os outros representantes a quem cabia fazer as leis.

A deformação da sociedade de Roma aconteceu porque, ao conquistar o mundo ao seu redor, ela foi invadida por ideias que a levaram à ruína. E depois de muitas guerras civis o Tribuno da Plebe assumiu o poder total. Como explica Ortega y Gasset, atribuir poderes a quem tem apenas parte dele paralisa o Governo, pois as instituições devem ser ligadas para que Governo e sociedade funcionem. Na ausência de uma crença firme e comum caiu a República e surgiu o Império. As conquistas do Império permaneceram ao longo da História da Europa e foram a base para sua formação.

Nesta obra, Ortega y Gasset trata as crenças como a base da sociedade. É o estudo das crenças que permite entender o que foi um tempo e um povo, e a compreender seu desenvolvimento racional e histórico. Em outra obra importante, *Origem y epílogo de la filosofia*, Ortega y Gasset diz que a força das crenças do povo grego, sua confiança na liberdade e democracia, tornaram possível o surgimento da Filosofia. As crenças têm no raciovitalismo orteguiano papel importantíssimo, principalmente no que diz respeito à razão vital e histórica, pois como é base do pensamento humano, é ela que torna possível entender o que está subjacente nas ideias e teorias construídas por um povo.

A reflexão sobre a História de Roma toca na questão essencial posta por Ortega y Gasset, de que a realidade radical é a vida concreta de cada homem, e é na consciência singular do sujeito que se expressa a exigência de construção de sentido. Contudo, a vida singular é experimentada numa circunstância específica da qual a dimensão histórica é componente essencial. Para entender a História de Roma é preciso mergulhar nos meandros da vida naquele tempo e, ao fazê-lo, ganham-se elementos para entender a vida europeia contemporânea que guarda de Roma antiga alguns elementos formadores.


Normas para
Publicação
Saberes
Interdisciplinares

Normas para publicação na Revista Saberes Interdisciplinares

1. Modalidades das publicações

A Revista *Saberes Interdisciplinares* é um periódico científico semestral, destinado à publicação de trabalhos inéditos, de áreas temáticas diversificadas, nas formas de artigos científicos, ensaios e resenhas.

Serão aceitos trabalhos relativos a todos os ramos do saber, escritos de forma acessível, limitando-se ao essencial os aspectos mais técnicos, nos idiomas português, inglês e espanhol, em sintonia com os cursos existentes no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Almeida Neves e da Universidade Presidente Antônio Carlos em São João del-Rei – MG.

II. Normas para Publicação

Avaliação dos trabalhos: todos os trabalhos encaminhados à Revista *Saberes Interdisciplinares* serão submetidos à aprovação de dois pareceristas ad hoc, que poderão sugerir aos autores eventuais modificações no texto.

Direitos autorais: os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da *Saberes Interdisciplinares*, implicando automaticamente a cessão dos direitos autorais. Os autores receberão dois exemplares da revista em que tiverem seu trabalho publicado.

Encaminhamento dos artigos: os originais deverão ser enviados à Revista *Saberes Interdisciplinares* em duas vias impressas,

acompanhadas de disquete ou e-mail com o texto digitado no programa *Word for Windows* 6.0 ou superior, corpo 12 e fonte *Arial,* espaçamento 1,5 não ultrapassando a 15 páginas, no formato A4.

Estrutura: os artigos devem obedecer à estrutura convencional do artigo científico, de acordo com a NBR-6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), observando as seguintes normas:

• **Título do artigo** – centralizado no topo da página – deve indicar, resumidamente, o conteúdo do trabalho.

• **Nome do autor** – seguido da titulação, departamento e/ou programa e instituição a que estiver vinculado, com endereço eletrônico.

• **Resumo** (NBR-10520) – apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho, localizado antes do texto, na língua original, e em inglês, ao final do texto (*Abstract*), limitando-se a 250 palavras (mais ou menos dez linhas), com apenas um parágrafo inicial.

• **Palavras-chave** – seleção de palavras e expressões que indiquem o conteúdo do trabalho (também em inglês *(key words*), recomendando-se o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave).

• **Introdução** – deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho, preferencialmente relacionando-o com outros do mesmo campo e apresentando, de forma sucinta, a situação em que se encontra o problema investigado.

• **Numeração progressiva** (NBR-6024) – os títulos das divisões e subdivisões dos artigos devem ser precedidos de numeração progressiva: 1, 1.1, 2, 2.1 e assim por diante.

• **Citações** (NBR-10520) – as citações formais (transcrição) curtas devem vir inseridas no texto, entre aspas. Citações longas, com mais de três linhas, devem constituir um parágrafo independente, recuado, em espaço 1. A indicação da referência (fonte) de onde foi retirada a citação deve constar de sobrenome do autor, data e página(s). Exemplo (SOUZA, 2006, p. 41-45). A indicação bibliográfica completa deverá constar das referências ao final do trabalho.

• **Siglas e abreviações** – deverão estar seguidas de suas significações, por extenso, na primeira menção no texto.

• **Notas** – as notas explicativas, quando necessárias, devem vir numeradas de acordo com o seu aparecimento e colocadas ao final do texto.

• **Referências** (NBR-6023) – devem estar imediatamente após o texto, em ordem alfabética, contendo as referências completas das obras citadas no artigo. Exemplo:

Artigo consultado de periódico
BARROS, A. T. Cenário internacional e o discurso da Folha de São Paulo sobre a privatização no Brasil. *Tuiuti: ciência e cultura*, Curitiba: s.n, v. 5, n. 1, p. 24-32, mar. 1996.

Livro
HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Artigo retirado de jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar.1985. Caderno B, p. 6.

Esta obra foi composta em Arial e impressa em papel off-set 75grs
e supremo 250grs (capa), em dezembro de 2012, pela
Cidade de Barbacena Gráfica e Editora.

Rua Tomás Gonzaga, 145 • Boa Morte
Telefax: (32) 3331-0302 • Tel.: (32) 3331-3366
CEP: 36.201-040 • Barbacena • MG • Brasil
graficabarbacena@bol.com.br